Acervo ISA

081-87
Fls. 02
Rubr.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data ___/___/___
Cod. GID 00095

RELATÓRIO

Os Guarani do Trópico de Capricórnio

Identificação de áreas indígenas: Cerrito,

Vila Juty e Maracajú.

José Augusto Mafra dos Santos

2ª SUER/1986.

Acervo ISA

081-87
Fls. 03
Rubr.

Este relatório é fruto de um tempo escasso e de limitações de toda ordem. Não poderíamos aqui deixar de agradecer a colaboração, substantiva e permanente, da Socióloga MS Luciana de Amorim Nóbrega, professora da Faculdade Bennett-RJ e de Elianne Pires do Rio, jornalista T.V.E.-RJ., sem as quais este trabalho não poderia realizar-se. Registre-se a nossa gratidão.

Acervo ISA

081-87
Fls. 04
Rubr.

ÍNDICE

I	Apresentação do Grupo de Trabalho	01
II	Os Guarani do Trópico de Capricórnio	04
III	Categorias Sociais e Mitologia Guarani	14
IV	Aspectos Essenciais da Língua Guarani	18
V	Prática Social Guarani no Brasil	21
VI	Espaço e Assentamentos Guarani no Brasil	26
VII	Os Guarani e a Expansão do Oeste	32
VIII	A Criação de Postos Indígenas no Oeste	37
IX	A Questão dos Ñandeva do Cerrito	40
X	A Questão dos Kaiowá de Vila Juty	47
XI	A Questão dos Kaiowá de Maracajú	54
XII	Conclusão	61
XIII	Bibliografia	64
XIV	Relação Cronológica de Documentos	68
XV	Catalografia de Livros e Textos	78
XVI	Mostruário Fotográfico das Comunidades	102

Acervo ISA

081-87 05 ~~01~~

APRESENTAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

Portaria do Presidente
P.P. nº: 165/86.

Brasília, 24 de julho de 1986.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das suas atribuições, e tendo em vista CI nº: 001/DFU SUPEX-2ª REGIÃO e Minuta OS. s/nº e s/data da SUER-2ª.,

R E S O L V E :

I - Constituir Grupo de Trabalho, para efetuar os estudos necessários à caracterização das áreas de pretensão daquelas comunidades Kayoá/Guarani.

II - Referidos trabalhos serão efetuados na conformidade do Decreto nº: 88.118/83 e deverão indicar a real caracterização das mencionadas áreas, quanto à sua possível categoria jurídica (art. 17 da Lei 6001/73).

Acervo ISA

087-87
06

III - As soluções a serem apresentadas para o equacionamento daquelas situações, deverão levar em conta tal identificação.

IV - Além dos dados étno-históricos dos Grupos Indígenas, e da situação fundiária dos ocupantes não-índios quanto à natureza jurídica de suas ocupações, levantamentos documentais em cartório das cadeias sucessórias de seus títulos, levantamento das suas benfeitorias, deverão ser fornecidas também, quaisquer outras informações julgadas convenientes à solução pacífica dos problemas.

V - O GT será composto por:

1) JOSÉ RESINA FERNANDES JÚNIOR, Engenheiro Agronômo da Unidade Administrativa de Campo Grande - MS, que será o Coordenador dos Trabalhos.

2) JOSÉ AUGUSTO MAFRA DOS SANTOS, Sociólogo, SUER-2ª Região, que nos impedimentos daquele coordenador, assumirá a coordenação do GT.

3) CELSO AOQUI, antropólogo pertencente ao Projeto Kayoá/Nandeva.

4) LÉVIO NATAL, Topógrafo da Superintendência de Assuntos Fundiários - SUAF.

5) Um representante do INCRA - MS, a ser indicado.

6) Um representante do Instituto de Terras de Mato Grosso do Sul, a ser indicado.

VI - O prazo para o desenvolvimento dos trabalhos de campo será de 20 dias, a contar desta data.

VII - O prazo para a entrega dos relató-

Acervo ISA

081-03-07

rios será de 30 dias a contar da data anterior.

VIII - Os recursos deverão fluir à conta do FINSOCIAL.

ROMERO JUCÁ FILHO

Presidente

Obs.: O Servidor José Resina Fernandes Júnior, por solicitação própria, transferiu-se para o Departamento de Polícia Federal do Estado do Mato Grosso do Sul, em 28.08.86.

Acervo ISA

081-37
08

"OS GUARANI DO TRÓPICO DE CAPRICÓRNIO"

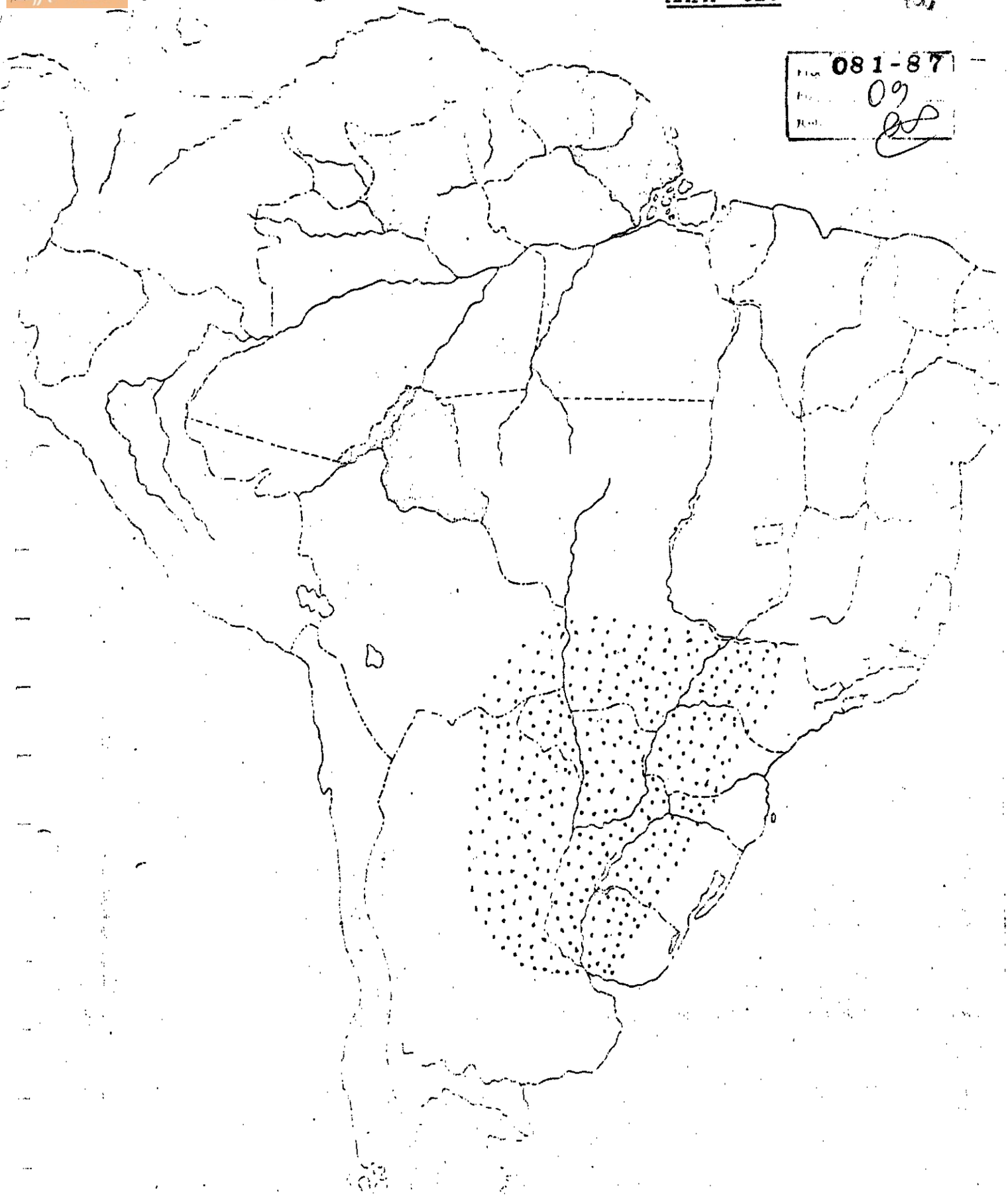
Até o final do século XV os Guarani somavam mais que hum milhão de indivíduos. Seu lugar tradicional e histórico compreendia toda a extensão de terra delineada pela bacia hidrográfica do Prata, abrangendo três grandes rios e suas respectivas bacias: O Paraguai, o Paraná e o Uruguai. Segundo C. Lugon: "É costume dizer-se, simplesmente, que os Guarani ocupavam o Paraguai porque a palavra Paraguai designava, no século XVI, toda bacia dos três grandes rios que convergem para o Prata, até os Andes, do Chile ao Peru, bastante para o interior da Bolívia, do Brasil e do Uruguai, e mesmo dos Pampas ao sul de Buenos Aires, até aos confins da Terra de Magalhães" (08). Assim, é importante frisar que a maior parte dos Guarani situava-se fora do território que hoje constitui o moderno Paraguai (vide mapa 01).

A população Guarani se distribuía de forma mais ou menos densa em comunidades, por toda esta vasta região, coexistindo com outros povos minoritários. Manteve em comum a mesma prática do uso da língua com sua correspondente unidade sócio-cultural. Conforme Egon Schaden "a maioria das populações indígenas encontradas pelos desbravadores quinhentistas em terras da bacia platina falava dialetos do idioma Guara-

Acervo ISA

MAPA 01.

081-87
09



Acervo ISA

ni" (12) e também Martin de Moussy "num espaço de 45 graus de latitude e mais de metade desse número em longitude um espaço superior ao da Europa inteira... todos manifestam em sua cor, em seus instintos, os vestígios de uma origem em comum... e, coisa inexplicável, falam a mesma língua. Esse fenômeno é tanto mais extraordinário quando observa que no meio deles encontra-se uma grande quantidade de outras nações, muitas vezes reduzidas a um punhado de indivíduos, que falam línguas inteiramente diferentes" (09).

Proc. 081-87
Fls. 10
Rubr.

Em 1516, pela primeira vez, os exploradores espanhóis penetraram na bacia platina. Este contato pioneiro entre civilizações díspares, entre Índios e Brancos sob o Capricórnio, deu-se na forma do conflito. Os espanhóis, orientados pelas diretrizes da Coroa, privilegiavam a apropriação das riquezas minerais, a apropriação da força de trabalho e a subjugação de contingentes humanos para o reforço militar nos combates de fronteiras. Por estas razões, ao longo dos séculos seguintes, eles instauraram nas terras platinas um contato de sangrentas práticas sociais onde os indígenas eram subjugados ou então eram massacrados. Vejam este relato de C. Lugon: "Nos arredores de Buenos Aires, os mais bravos guerreiros de uma tribo, retirados numa pequena fortaleza , mataram por suas próprias mãos as esposas e filhos, precipitando-se depois do alto dos rochedos para não cairem em poder dos espanhóis"(08). Em 1536, foi fundada a cidade de Assunção. Ela se tornou o ponto de apoio à expansão dos interesses espanhóis na bacia platina. Interesses que foram internalizados e realizados na forma contundente da formação de cidades. A partir daí, milhares de Guarani foram sendo subjugados e mortos. Até 1590, cinquenta cidades haviam sido fundadas pelos espanhóis, nos arredores platinos.

Acervo ISA

Em 1587, os jesuítas chegaram em Assunção. Estiveram na região vizinha do Guaíra, onde avistaram comunidades num total de 200.000 Guarani. Segundo Pierre Charlevoix, eles teriam dito:"ainda livres e que pareciam muito apropriados ao reino de Deus" (04). Nesta virada de século, os recursos destinados pela Coroa não eram suficientes para o domínio de terras tão densamente povoadas. Preocupada com "fenômenos de multidão", a nobreza local, imbuída de esperança, presenteou aos missionários com uma igreja que ficou pronta no ano de 1595. Os conquistadores espanhóis não possuiam os meios técnicos e humanos adequados para continuarem o exercício da espoliação e do jugo sobre os indígenas platinos. O governador de Assunção, Hernandarriz.Saavedra, anunciou, em 1607, ao rei da Espanha, Felipe III, que seria impossível dominar os 150.000 Guarani do Guaíra. O rei lhe respondeu ' que doravante os indígenas seriam submetidos pelos ensinamentos evangélicos.

Com efeito, a intervenção missionária na bacia platina vai acontecendo em condições históricas favoráveis e o seu maior significado social seria poder atuar decisivamente na manutenção do equilíbrio daquele sistema colonial. Os jesuítas naquela parte do baixo platino tornaram-se os catalizadores dos interesses espanhóis e indígenas. Era preciso fixá-los em redor de igrejas e mantê-los afastados dos coloniais. Foi assim que surgiram as primeiras comunidades Guarani conhecidas como "Reduções", segundo uma lei criada pela Igreja: "ad ecclesiam et vitam civilem reducti". A influência apaziguadora exercida pelos jesuítas e a atração que as reduções provocavam sobre os indígenas já era um fato consumado. Em 1610, ao norte do rio Iguaçú, no Brasil atual, foi fundada a redução de N.S. do Loreto. Santo Inácio-Guazu, em

Acervo ISA

081-8
12

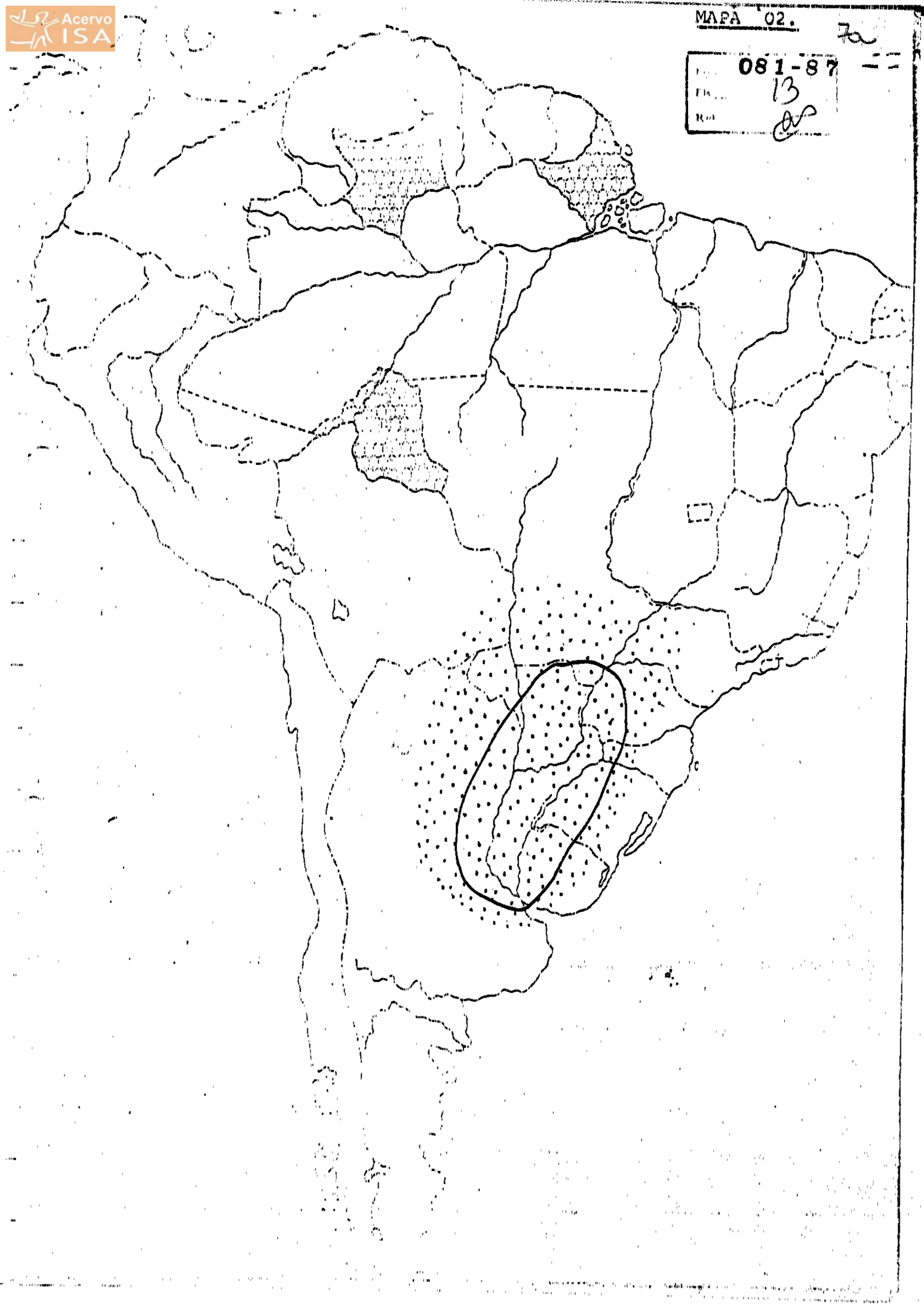
1612, entre os rios Paraná e Paraguai. No vale do Paraná, Santana e Itapuã em 1615, Concepcion em 1920, e S.Nicolau em 1625. No Guaíra, nessa data, contavam-se 26 reduções com uma população aproximada de 100.000 Guarani. Na serra do Tape, ao sul do Rio Grande do Sul atual, 12 reduções estavam formadas desde 1620 e ao longo do Uruguai atual outras 12 reduções já existiam, todas com milhares de habitantes indígenas. Eram mais de 60 reduções que pagavam impostos à Coroa, facilitando pela fixação e doutrinação dos nativos, a efetiva ocupação colonial da área. Por volta de 1630 o estatuto das reduções fôra confirmado pela Igreja, e, as reduções haviam alcançado a sua forma definitiva. Os Guarani do baixo trópico, afastados das cidades espanholas, puderam atenuar o espectro da servidão que rondava naquelas paragens, fazendo uso da única alternativa possível; viver em redução no território dominado pelas missões (vide mapa 02).

Foi no correr deste século XVII que os portugueses entraram na cena de uma grande parte do mundo Guarani. Os indígenas que habitavam as reduções estavam longe dos inimigos espanhóis mas, conforme Pierre Charlevoix, "tinham-se aproximado de outro, que ainda não era conhecido e cuja vizinhança em breve se revelou funesta para todas essas novas igrejas. Eram os habitantes de São Paulo, província do Brasil"(04) . A colonização européia havia se firmado tanto para os espanhóis como para os portugueses. O mercado se ampliou. O comércio de escravos enfrentava crescentes demandas que pudessem satisfazer as necessidades de produção e reprodução do próprio sistema. Estas razões permitiram que a intervenção portuguesa nas reduções acontecesse. Os primeiros ataques de invergadura surgiram depois de 1635. As reduções de São Carlos e Apóstolos, entre o Uruguai e Piratini, foram devas-

Acervo ISA

MAPA 02.

081-87
13



Acervo ISA

Proc. 081-8 98
Fls. 14
Rub.

tadas. Em 1637, mais 9 reduções neste local, serra do Tape, tiveram fim semelhante. O mundo colonial já não estava mais aceitando a existência dessas reduções jesuítas "livres". Os ataques constantes dos paulistas às reduções jesuítas significavam, para a Coroa portuguesa, a acumulação de bens e o desgaste do domínio espanhol na bacia platina.

Os jesuítas tiveram que redefinir um outro espaço territorial que fosse possível acomodar levas e levas de migrações então iniciadas. Os jesuítas fixaram sua escolha em local situado entre o Paraná e o Uruguai, a região Entre-Rios, (vide mapa 03), em proteção ao escravismo da frente de expansão colonial: espanha e portugal. Em 1640, os jesuítas conseguiram, junto à Coroa de Espanha, obter autorização para que os Guarani das reduções pudessem utilizar armas de fogo na defesa dos redutos missionários. Com esta medida, eles puderam revidar inúmeros ataques e aprisionar muitos contingentes de coloniais. Como ocorreu na espetacular vitória sobre os paulistas, em 1641, na batalha do Mboroé, nas margens do Uruguai. Dessa forma os Guarani das reduções puderam freiar parcialmente as frentes portuguesas que partiam do leste. Contudo, o saldo destes combates frequentes com os paulistas fôra desastroso para este povo, que havia sido considerado, o mais populoso da América Latina. Até 1668, os paulistas tinham aniquilado 32 reduções: 14 no Guaíra, 12 no Tape, 4 no Itantim e 2 nas margens do Uruguai. Segundo o padre Du Toict, superior das reduções nesta época, em carta de 10 de maio de 1676, os paulistas exterminaram 300.000 Guarani.

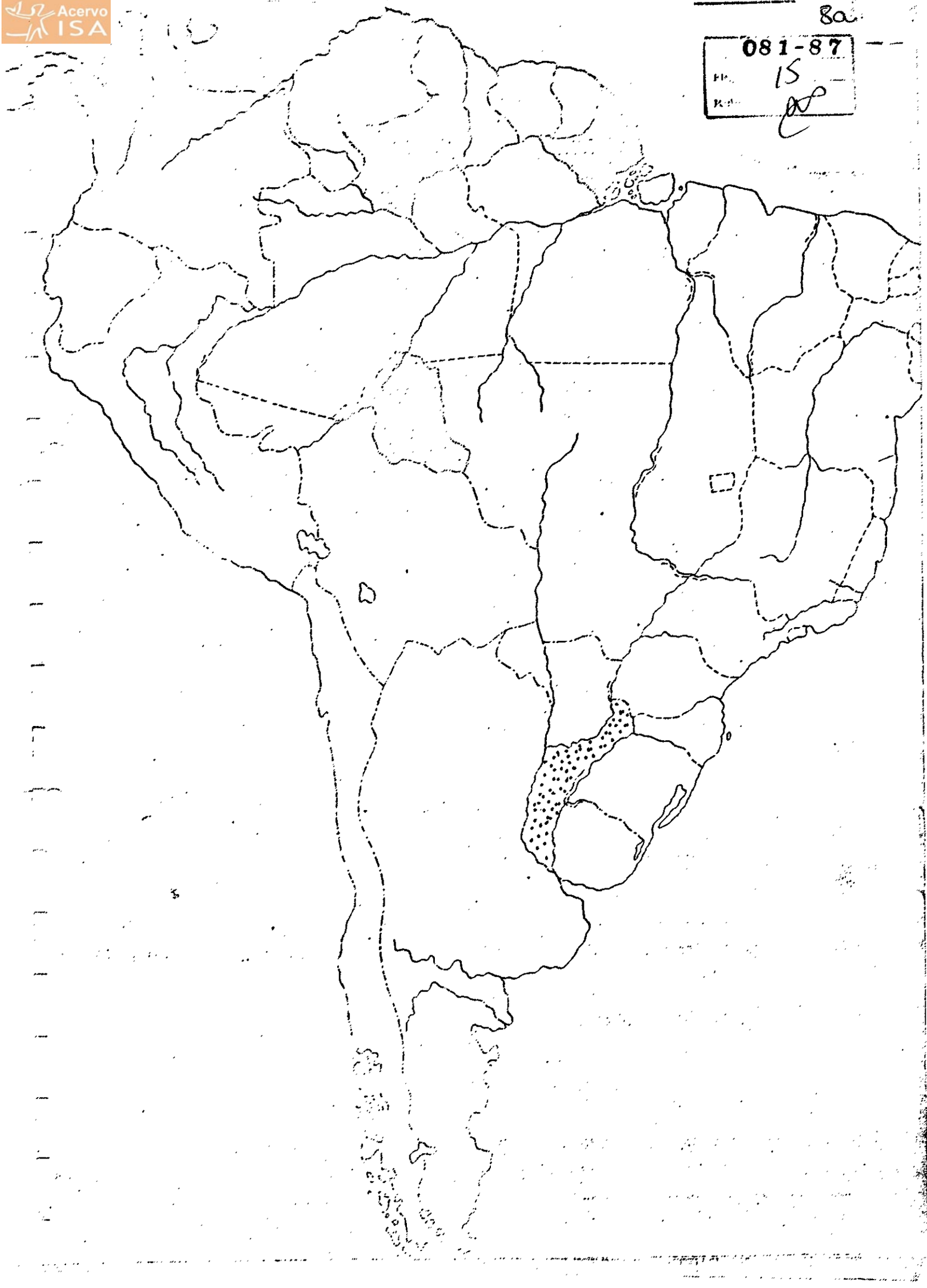
Na segunda metade do século XVII, após as grandes migrações oriundas do Guaíra e do Tape, as reduções que haviam se

Acervo ISA

MAPA 03.

8a

081-87
Fl. 15
Rub.



Acervo ISA

instalado no Entre-Rios, território hoje pertencente à Argentina atual, prosperaram muito com as atividades de exploração da madeira, do mate e yerbales. Participavam do mercado colonial em condições mais favoráveis que os comerciantes locais. Dois fatores muito contribuiram para esta prosperidade exógena ao mundo dos homens Guarani. Por um lado, o constante desencontro nas políticas das Coroas com as colônias e a aliança do Vaticano com os reis latinos, permitiram aos missionários acumular através dos séculos, por diversas vezes, o ganho de causas comerciais, administrativa e política, suficientes para que as reduções se tornassem instituições reconhecidas e dotadas de relativo direito. Por outro lado, o aumento gradativo de milícias Guarani equipadas com quantidades maiores de armas de fogo e de formação aprimorada, os tornaram temidos pelos coloniais, por um longo tempo. Este período de trégua provisória se estende até meados do século XVIII.

081-87
Fls. 16
Rubr.

Os portugueses, desde a destruição do Guaíra, cobiçavam a posse do rico território ocupado pelas missões no Uruguai e se preparavam para um eminente combate. Os coloniais, segundo C. Lugon, "tinham voltado repetidas vezes à carga para fazer anular o ato régio que autorizara os Guarani a importar e fabricar armas de fogo para a sua defesa" (08). Os governadores das províncias tornaram-se assumidamente hostis às missões e aos Guarani. A dependência às diretrizes e ao patrimônio das Coroas já estava incomodando bastante aos coloniais locais que acumulavam imensa riquezas espúrias. Don José de Antequera tornou-se em Assunção o líder da "comuna revolucionária" que lutaria pela independência da região do Paraguai. Durante os anos de 1721 à 1735 os "comuneros" combateram as missões e a cavalaria da Coroa espanhola. Em 1724,

Acervo ISA

081-87 17

as tropas de Antequera mobilizou um contingente Guarani na fronteira de Assunção. O plano dos "comuneros" era, conforme C. Lugon, "ocupar as reduções de Santa Maria, Santa Rosa, Santiago e Santo Inácio-Guaçú, para se entrincherar nos pântanos intransponíveis pela cavalaria" (08). De outra vez, 2.000 "comuneros" avançaram contra as posições guaranis recém-criadas nas margens do rio Tebiquari, afluente do rio Paraguai, próximo à Assunção. Os Guarani atravessaram o rio, mobilizaram a tropa e sagraram-se vitoriosos, no ano de 1743. Este clima de rebeliões e a fama das milícias Guarani de serem eficientes, chegaram à corte européia. Em contra partida, a Coroa hispânica impôs a cada redução um imposto de 100 pesos como título de dízima e tributo, em 1748, para que as milícias Guarani se inquietassem. Um pouco antes, esta Corte havia reforçado seu contigente militar — os Guarani participaram com 7.000 guerreiro — e todos os "comuneros" foram expulsos para além de Buenos Aires. Mas, com tudo isto, as reduções missionárias pareciam ter chegado ao seu mais alto ponto em desenvolvimento, enriquecidas.

Na segunda metade do século XVIII, muito embora tenham as reduções alcançado sua mais alta plenitude, o mundo colonial também havia se expandido com inúmeras cidades, povoação, produção e comércio. A demarcação dos espaços platinos dos Guarani entrou em pauta para ambas as Coroas. Assim, a manutenção da posse das terras ocupadas pelas missões, que gozavam de liberdade física e política, confrontantes com os espanhóis e portugueses, não foi possível mais ser sustentada.

Ao sul do Uruguai, às margens orientais do rio Uruguai, situava-se a colônia de Sacramento, domínio dos portugueses'

Acervo ISA

pela terceira vez. Todo o movimento do comércio da Europa com os espanhóis, prejudicado, se fazia através do Peru até atingir as cidades situadas na parte hispânica da bacia platina. Houve muita pressão dos mercadores junto à Coroa da Espanha no sentido de uma solução para tal impasse. O Marquês de Pombal, ministro do governo de Portugal, propôs a evacuação de Sacramento em troca do território ocupado pelas missões na margem esquerda do rio Uruguai. O tratado dos limites acabou lavrado em 1750. Com isto, as reduções Guarani dos jesuítas, na conjunção dos rios Uruguai e Ibicuí com a serra de Herval, teriam que ser transferidas para outras paragens, cortando o espaço total das missões na metade da sua extensão. Entretanto, os espanhóis e portugueses achavam-se impacientes. Após algumas derrotas em pequenos combates com os Guarani, para que se fizesse valer o tratado de 1750, reuniram-se para uma luta conjunta sobre este alvo que se constituíra uma ameaça insoportável aos interesses de soberania e limites das Coroas. Por sua vez, conforme nos conta C.Lugon, "os colonos da América do Sul não perdoavam aos jesuítas o fato de terem tomado o partido da metrópole contra os movimentos de emancipação" (08). Ao mesmo tempo, o governo de Assunção havia renunciado em definitivo às sete reduções do rio Uruguai e afirmara que os jesuítas também abandonariam todas as outras reduções nos confins da capital, caso fosse necessário. Este fato levou os indígenas das missões a uma rebelião coletiva. Iniciou-se a vitoriosa guerra Guarani e o derradeiro epílogo das missões na bacia platina. Em 1756, os reis de Espanha e Portugal autorizaram aos militares coloniais que prosseguissem as hostilidades às missões. Através de revéses sucessivos frente à resistência dos Guarani, somente no final do ano, após a autorização dos reis,

Acervo ISA

081-87 19

tornou-se consumada a ocupação de São Nicolau, a última das reduções na margem esquerda do rio Uruguai. Estes Guarani migraram ou se acautelaram nas florestas. Nesta fase final do século XVIII, a Companhia de Jesus nada pudera fazer frente ao processo das transformações sociais. Declinara sobremaneira o prestígio e o poder dos missionários de outrora. Em bloco, as províncias da "região do paraguai" se estruturavam como sociedades distintas, em conformidade histórica com a lógica do modo de produção ocidental. A fabulosa acumulação primitiva do capital, gerada nas províncias, possibilitava aos comerciantes locais o usufruto de um poder crescente, eficaz e irreversível, junto às Coroas afins. Em 27 de março de 1767 o tiro mortal ecoou sobre os missionários. O rei, Carlos III da Espanha, decretou que todos os membros da Companhia de Jesus fossem banidos das reduções e cidades platinas. De 1767 à 1769, um total de 2.337 jesuítas foram levados para Espanha. Para os Guarani das reduções terminara o império da catequese mas, para os Guarani em seu conjunto, iniciara o império do capital.

Com a retirada dos jesuítas da bacia platina, em 1769, as reduções passaram à administração dos governos das províncias. Houve a fixação de colonos em terras antes ocupadas pelos missionários. Conta-nos, C. Lugon sobre o novo regime que "os comerciantes de passagem tinham de ser albergados gratuitamente durante semanas. Habituaram-se a permanecer nas reduções não apenas os dois meses previstos por lei, mas quase o ano todo, desmoralizando a população, roubando-a, praticando o comércio clandestino, muitas vezes com a cumplicidade do administrador " (08). Inúmeros Guarani das reduções e outros grupos indígenas alhures, partiram em deserções frequentes para o oeste sul americano. Com efeito, es-

Acervo ISA

tes Guarani desertores reforçaram bastante os contingentes populacionais de Guarani do atual estado do Mato Grosso do Sul. Aqueles que permaneceram nas reduções, pouco a pouco, foram submetidos a trabalhos forçados ou se tornaram trabalhadores' de jornada, empregados de colonos. Muitas reduções despovoadas, outras em total estado de abandono, pilhagens, bebidas ' alcoólicas e ruínas se viam por toda parte em 1791. Pablo Hernandes relata que "em duzentos e cinquenta anos, ou seja, até 1797, a população indígena do Paraguai (sul da "região do Paraguai") desceu de 1.000.000 para 8.200, excluindo-se os Guarani das reduções" (07). Estes, por sua vez, de aproximadamente 300.000 desceram para cerca de 30.000 indivíduos, no romper do século XIX.

081-87
20.

A emancipação das províncias, no começo do século XIX, com suas guerras de independência, acarretou a ruína total das reduções que restavam ao sul da "região do Paraguai". As reduções Ocidentais do rio Uruguai foram destruídas e saqueadas em 1817, dispersando 10.000 famílias de Guarani em Corrientes e no Brasil. Em 1835, as reduções Orientais do rio Uruguai encontravam-se despovoadas e desativadas. O governo da Argentina colocou à venda, em 1859, todo o território das reduções Entre-Rios, objetivando radicar novos colonos. As reduções situadas ao norte do rio Paraná, com a guerra entre' Paraguai e Brasil em 1864, tiveram suas populações de Guarani sacrificadas em massa e suas terras retomadas pelos colonos. Assim, na aproximação do século XX, as reduções deixaram de existir para todo o sempre na história do mundo Guarani e assinalamos, com Bartomeu Meliá que "El conocimento del modo de ser y realidad cultural de los Guarani es una cuestion preliminar y obvia para el análisis del proceso colonial, del que el proceso reduccional jesuítica no es sino

Acervo ISA

081-87
Fl. 21
Rubrica

una variante" (01).

CATEGORIAS SOCIAIS E MITOLOGIA GUARANI

Ao longo do tempo, vários títulos criados pelos indígenas e europeus foram aplicados ao complexo populacional Guarani. Eram denominados os Guarani por Mbguás, Caracarás , Timbus, Tucâgues, Calchaguis, Quiloazas, Cários, Mangolas, Itatins, Tarcis, Bombois, Curupatis, Curumais, Caaíguas,Tape, Chiriguanas, Tañyguá, Tembekuá, etc. O mundo Guarani situado na extensa região de atuais fronteiras internacionais (Bolívia, Paraguai, Uruguai e Brasil), transpassado ao centro' pelo trópico de Capricórnio, constitui uma população heterogênea, formada por conjuntos independentes, fazendo uso de dialetos da mesma língua Guarani e portadores comuns de uma estruturada etnicidade. Em termos de um quadro de categorias básicas do pensamento Guarani em geral, assinalamos a importância de quatro expressões frequentes nas crônicas especializadas, Ñande Reko, Ñande Retã, Ñande tekoha e aguydjê.

Ñande Reko significa, conforme Bartomeu Meliá, "uma categoria que parece realmente essencial no pensamento e na expressão dos Guarani "históricos" e que também aparece com a mesma importância nos Guarani atuais"(01). O termo Ñande Reko pode ser traduzido como "nosso modo de ser" ,expressão que nomeia a identidade dos Guarani perante outros "modo de ser". Sobretudo no contato com outros grupos indígenas, os espanhóis, os portugueses, os jesúítas e os atuais cidadãos das repúblicas emergentes do cone sul; quando o confronto possibilita o afloramento de uma posição étnica de referência, necessária à relação de contato. Uma sociedade categoriza seu "modo de ser" considerando o social como um todo, sua organização e ideologia; a maneira coletiva de agir, pensar e sen

Acervo ISA

tir; a moral social que singulariza cada povo em cada momento histórico. Ñande Reko representa tudo isto como categoria mais abrangente da consciência Guarani, englobando todas as outras.

081 - 22

O termo Ñande Retã pode ser traduzido como "nossa pátria", expressão que nomeia o tamanho territorial, seus marcos naturais e limites determinados. A categoria social Ñande Retã ao referir-se a plano de horizontes geográficos, assume importância basilar na instrução de lugares adequados para os Guarani poderem fixar suas comunidades, realizar seu trânsito humano, de forma harmoniosa segundo os interesses dos seus grupos heterogêneos.

O termo Ñande Tekoha pode ser traduzido como "nosso lugar de viver" ou "nosso modo de viver", expressão que nomeia a relação mais imediata dos Guarani com a natureza, sua forma de realizar e produzir o social em comunidades, o modo pelo qual torna-se possível viver o espaço doméstico comunitário. Como define B. Meliá e G.Grunberg, um tekoha atual se apresenta com as seguintes características: seu tamanho pode variar em superfície, em quantidade de famílias (de 08 à 120), com estrutura de funcionamento semelhante: tem um líder religioso próprio (tekoaruvixa), político (mburuvixa) e forte coesão social. Ao tekoha correspondem grandes festas religiosas e as decisões a nível político e formal nas reuniões gerais (aty guasu). O tekoha tem uma área bem definida, delimitada geralmente por campos, montes e rios; é propriedade comunitária e exclusiva..." (02).

Com relação a importância do tekoha na vida dos Guarani, vide os inúmeros problemas que os jesuítas lhes infligiram durante os séculos, com a formação das reduções que modifica

Acervo ISA

vam esta arquitetura social certamente milenar. Vide também em nossos dias, inúmeros postos indígenas que abrigam Guarani, em especial aqueles que abrigam mais de um tekoha num mesmo espaço comum, como é o caso do PI Dourados. Convém notar que a categoria "modo de ser" mantém uma relação direta com a categoria "modo de viver". Para os Guarani, não pode haver um sistema de valores sem a existência de comunidades e, vice-versa, não existe Reko sem tekoha. O tekoha é o "modo de viver" segundo as diretrizes do "modo de ser". O tekoha é o lugar do "modo de ser" onde a comunidade realiza no exercício social os códigos morais da sua civilização. Conforme B. Meliá, "assegura a liberdade e a possibilidade de manter a identidade étnica"(01).

O termo Aguydjê pode ser traduzido por "felicidade paradisíaca", expressão da qual deriva a crença dos Guarani em uma "terra sem males" no mundo sobrenatural. Aguydjê, segundo Egon Schaden, "corresponde ao próprio fim e objetivo da existência humana" (12). Duas condições norteiam esta admirável mitologia: a destruição do mundo e o advento do paraíso.

Inúmeras comunidades, nos últimos séculos, efetivaram migrações em direção ao litoral objetivando encontrar aguydjê numa certa ilha, para além do oceano, a terra sem males. É procedente correlacionar esta mitologia com a catequese secular vivida por muitos Guarani, no passado. Mas, por outra, foi a sacramentação da expansão ocidental quem produziu alterações profundas no Ñande Reko (nosso modo de ser) a partir de retaliações em Ñande Retã (nossa pátria) e modificações impostas ao Ñande Tekoha (nossa comunidade), irreversíveis. Corrobora Bartomeu Meliá: "A história semântica de "terra sem males", da terra original até a terra

Acervo ISA

sem males, provavelmente não está desligada da história colonial, que os Guarani tiveram que suportar" (01). São razões objetivas e responsáveis pelo aviltamento da crença do povo Guarani na desejada sagração do sonho da felicidade.

081 - 27
24

O mito do Paraíso na vida religiosa dos Guarani apresenta variantes conforme as condições de vida da comunidade, sua relação no contato e o nível de preservação de seus valores originais. Uma idéia comum entre eles é a "redenção" que uma determinada comunidade poderia alcançar quando seu próprio espaço geográfico se vir ameaçado. Por outro lado, esta redenção pode ser alcançada através das migrações, em busca do Paraíso, que se localiza numa ilha no oceano. Ou através da religiosidade, quando o caminho para a Terra sem Males seria vivida de uma forma mítica, sem a necessidade das migrações, mas como um sonho que se torna concreto devido ao culto e danças religiosas. O caminho pode também ser alcançado através da morte.

Kaiowa - entre os kaiowa, o mito do Paraíso se intensifica em época de crise, como conflitos com colonos ou posseiros. Como explica Egon Schaden a busca mais intensa deste caminho para as divindades "não assume caráter de atualidade concreta enquanto não apareça um fator de ativação" (12). Este fator de ativação é essencialmente a perda da identidade étnica sob a forte pressão das transformações econômicas. Os Kayuás identificam este processo como o apocalipse.

Ñandeva - neste grupo há duas maneiras de alcançar o Paraíso, a ilha da felicidade: pela religiosidade ou depois da morte. As comunidades mais afastadas da pressão dos brancos vivenciam o caminho para a Terra sem Males de uma forma mítica e isto é relatado em seus contos, com narração de toda

Acervo ISA

a transposição da aldeia para a terra perfeita. Nestes contos, também revelam que a felicidade paradisíaca está reservada apenas aos membros da comunidade e o branco é uma das causas da catástrofe do fim do mundo. Por outro lado, os grupos mais pressionados pela presença dos brancos vivem um processo de autoacusação, pelo abandono das tradições em troca da tecnologia ou dos valores da sociedade branca. E isto reforça a crença de que o Paraíso só será alcançado depois da morte. Esta redenção após a morte assume elementos cristãos, cuja natureza remonta às missões jesuítas.

Proc. 08 Fls. 25 Rub.

Mbua - Para os Mbua, a idéia do Paraíso é intensa e vivida como um objetivo pleno de realização. As levas migratórias do início do século, que atingiram o litoral, continuam à espera da concretização do seu sonho mítico, manifestando grande confiança nos chefes religiosos. Os Mbua identificam a felicidade como um estado místico, uma recompensa do culto religioso. E esta crença se revela mais intensamente entre os Mbua que viveram fora do raio de ação dos jesuítas.

Segundo Egon Schaden, os Guarani que não sofreram influência cristã "vivem mais claramente o mito original, aborígene, do Paraíso na sua forma genuína de agudjê, ou seja, como perfeição espirituais física" (12). Entre os descendentes de grupos pertencentes às missões da época colonial, é mais claro o mito da destruição do mundo, que seria provocado pela fraqueza e vícios dos homens brancos.

ASPECTOS ESSENCIAIS DA LÍNGUA GUARANI

A língua Guarani no Brasil abrange três dialetos principais: o Kaiowa, o Apapokúva (dos Nhandeva) e o Mbuá. As diferenças entre estes dialetos não são estruturais, o que permi-

Acervo ISA

te manter uma unidade linguística entre os diversos grupos Guarani possibilitando a sua inter-comunicação. Estas notas se fundamentam em trabahos elaborados por Jou e Audrey Taylor (14), entre os Kaiowa, do centro-oeste (Mato Grosso), e Robert Doyle (05) entre os Mbua, Guarani do Paraná. Ambos autores ligados ao Summer Institute of Linguistics. Vale lembrar que, embora a maioria dos homens Guarani entenda ou fale o português, o mesmo não acontece com a maior parte das mulheres e crianças, predominando nas diversas comunidades um dos dialetos.

Proc. 081-87
Fls. 26
Rub.

As características mais marcantes da língua Guarani são o equilíbrio fonético entre vogais e consoantes em um sistema morfológico complexo bastante coerente. Destaca-se também a aglutinação de unidades léxicas, em que prefixos e sufixos determinam o uso do vocábulo. O Guarani tem quatorze consoantes e seis vogais. As consoantes p, t, k, ku, gu, ng, g, r, são usadas em qualquer posição. Enquanto os fonemas consonantais mb, nd, e v, j, apenas antes de vogais orais. m, n, nh, x, somente precedem vogais nasais. Além das seis vogais - a, e, i, o, u e y - há vários ditongos decrescentes, com duas ou mais variantes.

Outra característica importante da língua Guarani é a aglutinação de fonemas e as flexões verbais e nominais. Como exemplo de flexão verbo nominal, temos xema'endu'a (me lembro). Sua composição representa a aglutinação de xe(eu) mais o radical ma'endu'a (lembrar-se). No caso da flexão nominal, o exemplo mais claro são os caso de po (mão) e tova (rosto). Flexionados com prefixos xe ou xer passam a siginificar: xepo - minha mão; xeru po - mão do meu pai; o po - a própria mão; 'po - a mão dele. No caso de tova (rosto), temos: xerova - meu rosto; xeru tova -rosto do meu pai. A utilização dos pre

Acervo ISA

fixos xe ou xer segue uma regra fonológica, ou seja, nenhum radical da classe xe começa pela vogal. Enquanto os radicais de xer perdem ou trocam a consoante inicial, como se viu no caso de tova. Há algumas exceções, como akã- cabeça, que se aglutina com xe e akã - galho, que pertence ao xer. Neste caso, não é a fonética que determina o uso do prefixo, mas o significado da palavra. Ressalte-se também que para os Kaiowa, cabeça é acanga, sendo este um dos exemplos de diferença entre os dialetos Guarani.

081-87
27

O uso dos vocábulos também muda conforme uma referência específica. A palavra filha varia no caso do genitor: filha (do pai) é tayra; filha (da mãe) é membyra. Outros exemplos de modificação de palavra são: dia - ára; de dia - ary bo ; dia santo - mutuú. Beber - vû; beber vinho caú; beber água - yg vó, em que se observa que no caso de vinho, se omite vû (beber) e em água a vogal final muda para vó. Há também vocábulos que nunca ocorrem sozinhos, como ty, sufixo derivacional que indica agrupamento de coisa. Por exemplo: itaty- monte de pedras; pendeayvuatỳ - o que vocês falam muito. E para se ter uma idéia da estrutura de frases no dialeto Kaiowa, vejamos estes exemplos: yma nhepyrumby-py jeko, vixukwéry onhe' e^{n} avei nhandéixa - antigamente os bichos falavam como nós. E compare: xe xery'a-va'e naxekavu^{n}iry xe - eu estou suja. Não tenho sabão. E naxepoti^{n}ry - não estou limpa. O pequeno N acima de determinada vogal indica o som nasal. Observe estas outras frases: estou com sede - xe y'uhéi nhanderu; ele é um moço bom - karya'y porã he'I; o que pensa sua gente a respeito de mim? - mba'e pa he'I nde re'yikwéry xe-rehe?; vou dormir - ake tama xe (eu); vá dormir - eke katu. Estes dois últimos exemplos mostram a mudança de pessoa e tempo verbal __ vou-ake e vá-eke. Vou

Acervo ISA

trazer bastante carne para comer - heta so'o areko-ta akaru-hagwã, uma mostra de aglutinação de vocábulos. Finalmente as expressões de cumprimento: bom dia - enecoema; boa tarde - ene' coa' iuca e boa noite - enepytuna catú.

081-87
28

PRÁTICA SOCIAL GUARANI NO BRASIL

Originariamente os Guarani habitavam o tapuí, uma casa grande, com capacidade para diversos núcleos familiares, vivendo numa total comunidade de consumo, produção e vida religiosa. Esta família extensiva dividia o espaço no tapuí, cujo teto prolongava-se até o chão, numa continuidade de parede e teto de palha. Geralmente estes tapuís eram erguidos em clareiras abertas na floresta, perto de uma roça de lavoura e com facilidades para caça e pesca. Seu tipo de construção ampla, com uma única viga, facilitava a prática de cerimônias religiosas em seu interior. Atualmente, o ñande-tekoha dos Guarani, ou seja, seu modo de viver, afasta-se cada vez mais de suas tradições originais. Um dos aspectos em que isto evidencia-se com maior clareza é na mudança da família extensiva em nuclear, isto é, formada basicamente do casal e seus filhos, e a consequente mudança na arquitetura de sua habitação. Não há uma uniformidade na atual arquitetura das casas Guarani. Mas, de modo geral, elas têm paredes e teto em ângulos distintos, as paredes são de bambú, e apresentam um tamanho reduzido, suficiente para abrigar a família nuclear. "A casa Cayuás tradicional satisfazia a uma série de requisitos da organização social e religiosa. As novas condições de vida acarretaram o fracionamento da família grande e, concomitantemente, a substituição da casa grande por algumas cabanas de tipo caboclo" (12), conforme analisa Egon Schaden.

Acervo ISA

081-8
Fls 29

Quanto à localização, elas ocupam um único local, perto uma das outras, "agrupando as famílias nucleares num mesmo espaço, numa extensão da antiga família grande que cohabitava um único tapuí", como observa James Watson (15). Com o processo de expansão do capitalismo, o original ñande tekoha dos Guarani foi gradualmente esfacelado. A caça, devido ao desmatamento, patrocinado pelas grandes empresas agrícolas ou indústrias madeireiras, tornou-se escassa, insuficiente como única forma de subsistência. A proximidade dos brancos, pressionando o índio dentro do seu próprio espaço geográfico, levou a uma transformação da tradicional economia Guarani. Nas últimas décadas, a agricultura vem se tornando mais importante em usa economia, principalmente devido ao declínio ou mesmo total impossibilidade da caça. Isto evidencia-se em três aspectos: o atual tamanho das áreas cultivadas; a quantidade do tempo utilizado no cultivo das roças; e a diversidade dos produtos hoje colhidos. Os principais meses de cultivo vão basicamente de outubro a fevereiro. Mas isto não se aplica a todas as espécies, inclusive porque há produtos que se plantam e colhem duas vezes ao ano, como o caso do feijão e do milho, mesmo que nem sempre sejam usadas estas duas oportunidades. E também há plantas, como a mandioca e a batata doce que não têm uma colheita comunitária ou marcada por cerimônia religiosa, e são colhidos durante todo o ano conforme a necessidade da família nuclear.

Entre as festas religiosas da agricultura, a mais marcante é o batismo do milho verde, geralmente realizado em janeiro ou fevereiro, numa manifestação em que a aldeia se revela como uma unidade. É também a agricultura que determina a necessidade de um determinado número de hectares pa-

Acervo ISA

081-87 30

ra a lavoura de cada família nuclear, medidas dadas por limites como rio, ou colina, ou uma queda d'água, enfim, pela própria natureza. Natureza que se manifesta entre os Guarani também quando defendem o uso equilibrado da terra, condenando o desmatamento para criação de gado, como prática anti-natural. Com o rodízio nas plantações, que geralmente ocupam dois hectares, os Guarani garantem a fertilidade do solo inalterada por mais de um século numa área às vezes inferior a trezentos hectares. Sendo importante lembrar que cada tekoha engloba de oito família nucleares a cento e vinte, ou seja, de 40 a 600 pessoas. Sua ocupação da terra obedece sempre a um equilíbrio do uso do solo, sem o interesse da propriedade da terra como um bem desvinculado da sua produção, como na sociedade branca. Atualmente a maioria das áreas demarcadas e controladas pela FUNAI, não permite aos Guarani este uso adequado do solo, devido ao seu tamanho reduzido . Vem se intensificando também o fenômeno da changa muitas comunidades Guarani passaram a ser mão-de-obra assalariada nas fazendas de brancos. Muitas vezes a comunidade indígena está localizada dentro destas fazendas, que ocupam milhares de hectares de terras. Este trabalho, a changa, vem intensificando-se em detrimento do cultivo da lavoura para subsistência própria. É comum o homem passar o dia na fazenda trabalhando e regressar apenas à noite ou até mesmo no final da plantação ou da colheita. Enquanto na produção tradicional não havia salário e a produção tinha como interesse primordial o consumo, atualmente, com o sistema de changa, a relação dos Guarani com o trabalho na lavoura transformou-se radicalmente. Isto pode ser observado tanto na figura do "capitão" na aldeia, como na existência de changa interna. O elemento Guarani que fica como intermediário entre os membros da comunidade e o fazendeiro geralmente assume valores brancos e

Acervo ISA

seu lucro o diferencia do grupo, tornando-o uma figura polêmica. Quanto a changa interna, que vem ocorrendo numa certa escala entre os Guarani, ela é consequência do trabalho externo dos homens da comunidade. Neste caso, membros de uma família, principalmente mulheres são chamadas por outra família Guarani para trabalhar em sua lavoura, em troca de pagamento. Numa substituição do "puxirão" tradicional e comunitário, por um sistema de trabalho branco. Para James Watson o "trabalho de changa com os brancos é um dos canais mais ativos de aculturação e de mudanças de atitudes que ocorre entre os Guarani"(15)

081-87
31

O puxirão mencionado anteriormente pode ser comparado ao "mutirão" da sociedade branca. Mas tem uma diferença essencial em sua origem, por ser uma festa do trabalho conjunto. O puxirão geralmente ocorre de forma espontânea, sem uma data pré-estabelecida, sendo os participantes convidados dois ou três dias antes da plantação ou da colheita. Conforme a localização da aldeia este puxirão pode ser organizado também para uma caçada. Mas seja qual for o objetivo os elementos do puxirão são geralmente irmãos, primos, tios, enfim, parentes. No entanto, como em muitas comunidades todos são de uma forma ou de outra considerados parentes, a definição exata da composição de um puxirão torna-se difícil. Atualmente, esta forma esporádica de trabalho comunitário vem tornando-se mais rara. Seja porque muitos membros do grupo estão ocupados em changas ou por falta de condição de organizar o trabalho. Isto porque, o puxirão exige certos materiais utilizados para colheita e plantação e que devem ser fornecidos pelo organizador.

As transformações econômicas entre as comunidades Guarani também vem se refletindo na divisão do trabalho entre ho

Acervo ISA

081-8725
Fl. 32

mem e mulher. Originariamente esta divisão de tarefas na família extensa era bem definida e marcante desde a infância. Ao homem competia limpar o terreno e plantar e colher a maior parte dos produtos agrícolas. O papel da mulher na agricultura limitava-se, na maior parte das vezes, à plantação de determinadas espécies, como o milho. Como justificativa para esta divisão havia crenças entre os Guarani de que certas espécies eram prejudicadas pela simples presença feminina. Um exemplo citado por James Watson é a sensibilidade das cabeças. Segundo os Kaiowá, a mulher nunca deve passar perto do local onde estão os cabaceiros, pois até seu cheiro pode prejudicar o crescimento das cabaças, tornando-as manchadas, verrugosas ou com formato impróprio para confecção de garrafas ou chocalhos. Por outro lado, a tarefa de trazer o essencial do consumo diário da roça para casa é exclusivamente feminino. Atualmente, esta divisão não obedece padrões rígidos. Também neste aspecto, as transformações econômicas tiveram um efeito de desagregação das tradições Guarani. O desaparecimento da família grande deixou a mulher com um maior papel na economia. Seja porque o homem se ausenta de casa para os trabalhos na fazenda, ou pela viuvez, sem o amparo da família extensa, a mulher passa a ocupar um novo papel na agricultura de subsistência da família nuclear. E, em alguns casos, já se observa até mesmo sua incorporação à changa. Além disso, sendo a produção e o consumo basicamente gerados pela família nuclear, o homem necessita do auxílio da mulher, tornando difícil uma total divisão do trabalho em termos de sexo.

Outro fenômeno que se observa hoje em dia é o comércio da produção excedente. E neste caso, o milho ocupa o primeiro lugar, seguido da venda de feijão, batata doce e ai-

Acervo ISA

pim. Além destes produtos agrícolas, há grupos que também vendem mel selvagem. O comércio destes produtos, no entanto, só ocorre em comunidades próximas a áreas brancas e que já mantenham um contato mais intenso, além de ser uma venda normalmente feita diretamente ao consumidor. Mas o comércio entre Guarani e brancos ainda é pequeno em relação à changa, que continua como fator de maior contato entre as duas sociedades.

081-8
33

Uma atividade que vem sofrendo grandes transformações entre os Guarani é o artesanato. Seja por substituição de seu uso, ou por falta de material, ou ainda por afastamento das comunidades de suas tradições, determinados produtos estão sendo relegados, como as redes. Uma atividade principalmente feminina, a fabricação de redes é uma das técnicas que tem sido abandonada pelos Guarani mais jovens. Apesar de sua grande utilização pelos índios e para comércio com os brancos, muitas mulheres preferem fabricar outros produtos e trocá-los por redes. Entre estes produtos estão os cintos para homens, e os colares feitos de madeiras, dentes e ossos de animais. O artesanato de barro ainda persiste, mas em claro declínio, devido à assimilação de produtos brancos, como panelas de alumínio. Há casos também de comunidades que estão ocupando áreas onde não encontra-se barro para produção. Os homens dedicam-se especialmente ao artesanato de palha, com a confecção de peneiras e cestos, que as mulheres carregam às costas. Estes dois produtos, principalmente as peneiras, mantém até hoje uma grande demanda entre os Guarani, sendo também bastante comercializados com as populações brancas de áreas próximas.

ESPAÇO E ASSENTAMENTOS GUARANI NO BRASIL

Levando em conta os dados fornecidos pelos especialistas, referentes aos limites do espaço de existência histó-

Acervo ISA

081-8 34

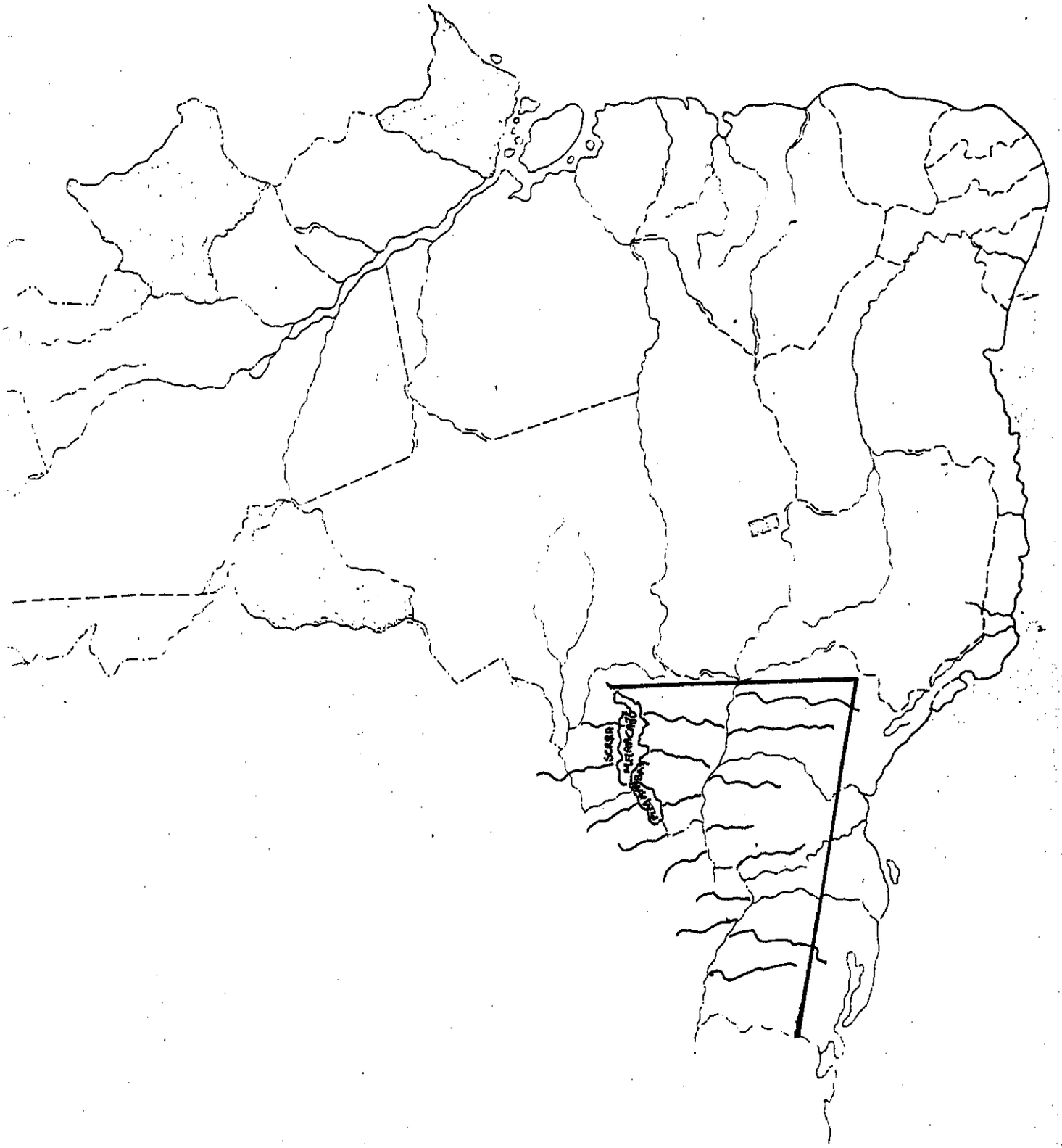
rica dos Guarani mais adentro no Brasil, uma linha reta e seca pode ser traçada partindo dos arredores da cidade de Corumbá, passando pela serra de Maracajú (acima da capital do atual estado do Mato Grosso do Sul), cortando as cercanias da cidade de Três Lagoas (fronteira de Mato Grosso do Sul com São Paulo) até encontrar o oceano Atlântico. Ao traçado dos limites do mundo Guarani (ñande retã) no Brasil, consensual na maioria dos autores Rengger, Moussy, Charlevoix, Elliot, Juzarte, Azara, Hernandes, Nimuendajú, Lugon, Schaden, Virgínia Watson, James Watson, Meliá, Thomas de Almeida e outros, adicionamos o argumento de B. Susnick: "... área compreendida entre os rios Paraguai, Miranda, Paraná, Tietê, Uruguai, Jacuí e alguns assentamentos no litoral Atlântico" (13). No passado, todos estes rios e muitos outros que fazem parte da bacia platina foram utilizados pelos Guarani em suas andanças, como únicas vias de transporte. Socialmente (o casamento entre membros de diferentes tekoha, festas religiosas e enterros alhures,etc) eles faziam uso das avenidas fluviais em todas as direções do seu original contexto (retã). Eram esmerados canoeiros. Mais tarde, muitas famílias e comunidades (tekoha) tiveram que migrar em rumo do oeste Guarani, pelos rios, compelidas pela inevitável expansão do capitalismo. Outra forma de mobilidade espacial entre os Guarani eram as migrações místicas. Numerosos grupos e comunidades (tekoha) provenientes do oeste atingiram o litoral, objetivando realizar o sonho da existência de uma terra sem males (aguydjê).

Detalhando os limites descritos por B. Susnick, numa tentativa de mapear os espaços territoriais originais da pátria dos Guarani, em especial no Brasil, assinalamos que:

Acervo ISA

MAPA 04.

081-87
36



Acervo ISA

ao sul, por vários estados brasileiros: 04 no Rio Grande do Sul, 01 em Santa Catarina, 01 no Paraná, 10 em São Paulo, 01 no Rio de Janeiro, 01 no Espírito Santo e 22 no Mato Grosso do Sul.

081-87
Fls. 37
Rubr.

A população total Guarani no Brasil atinge hoje cerca de 13.495 indivíduos e as terras ocupadas somam algo em torno de 25.162 hectares. A outra parte, o conjunto populacional Guarani fixado em terras no Paraguai, Bolívia, Argentina e Uruguai estima-se em 70.000 indivíduos, conforme dados de 1978 (03), ocupando terras em torno dos 100.000 hectares. No cômputo geral, vivem hoje no trópico platino um total aproximado de 83.495 Guaranis Nucleados em terras que não superam a marca de 125.000 hectares. A história do contato Guarani/Ocidente, em cinco séculos, revela que um tamanho territorial equiparado a um continente por Martin Moussy - "Um espaço superior ao da Europa inteira" (09), se reduziu ao tamanho formal de uma área de fazenda; que uma população de mais de um milhão de seres desceu a um patamar inferior aos 10% do seu volume.

Como é dado, a maioria dos assentamentos Guarani no Brasil está localizado no atual estado do Mato Grosso do Sul. Constitui-se de 02 comunidades Kaiowas e Ñandevas. Elas estão enfileiradas numa faixa de terra, com aproximados 300 Km de largura maior, paralela ao lado direito da serra de Maracajú, partindo das cercanias de Dourados até o encontro da linha de fronteira com o Paraguai (como exceção registre-se duas comunidades Kaiowas do outro lado da serra, nas proximidades do município de Bela Vista). Este parece ter sido o lugar tradicional dos Guarani no Brasil desde os primeiros séculos do contato. João Henrique Elliot, servidor da Coroa Portuguesa em 1830 fala dos Kaiowas como "nume

Acervo ISA

rosíssima nação refugiada nas vastas matas da margem direita do grande Paraná" (06) e Curt Nimuendajú nos "Apontamentos ' sobre os Guarani" (10) acredita ter sido em Jacare Y (PI Porto Lindo) o lugar de origem dos Ñandeva no Brasil. Reforçando, pelos relatos de Rengger(11)e James Watson (15)o sul do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) seria o centro tradicional de localização no Brasil desde a primeira entrada do homem branco na região. Assim, por volta do século XIX, os outros assentamentos Guarani em terras ocupadas pelo Brasil, teriam partido destas bases quanto aos Kaiowas e Ñandevas , do sul do Paraguai e Argentina quanto aos Mbuás (informação de Nimuendajú ref. 10).

081-87
Fl. 3Y

O plano espacial Guarani nas terras ocupadas pelos brasileiros, com efeito, sofreu sucessivas modificações no seu desenho demo-geográfico. Originalmente os Guarani avizinhavam-se dos Tupis que regiam o leste-sul da costa atlântica e ao longo do pé direito da serra de Maracajú, com os Kadiweus, os Guatós, os Cambas e os Terenas. Depois, inúmeros movimentos de migração aconteceram, por razões históricas já relatadas, em direções contrárias no hinterland Guarani brasileiro. A princípio, muitos Kaiowas e Ñandevas oriundos do Paraguai moderno vieram se juntar aos demais de Mato Grosso do Sul; na medida em que esta área Guarani referida (entre a serra de Maracajú e a margem direita do rio Paraná) se afunila ao sul com a serra de Amambaí (braço esquerdo da serra de Maracajú), formamdo uma boca natural de entrada para o lado brasileiro que os refugiavam das intempéries do contato naquele momento. Do século XIX em diante, certos grupos Kaiowas e a maioria dos Ñandevas, originários do Mato Grosso do Sul, realizaram jornadas migratória em direção ao lestes, atingindo primeiramente os estados de São Paulo e Para-

Acervo ISA

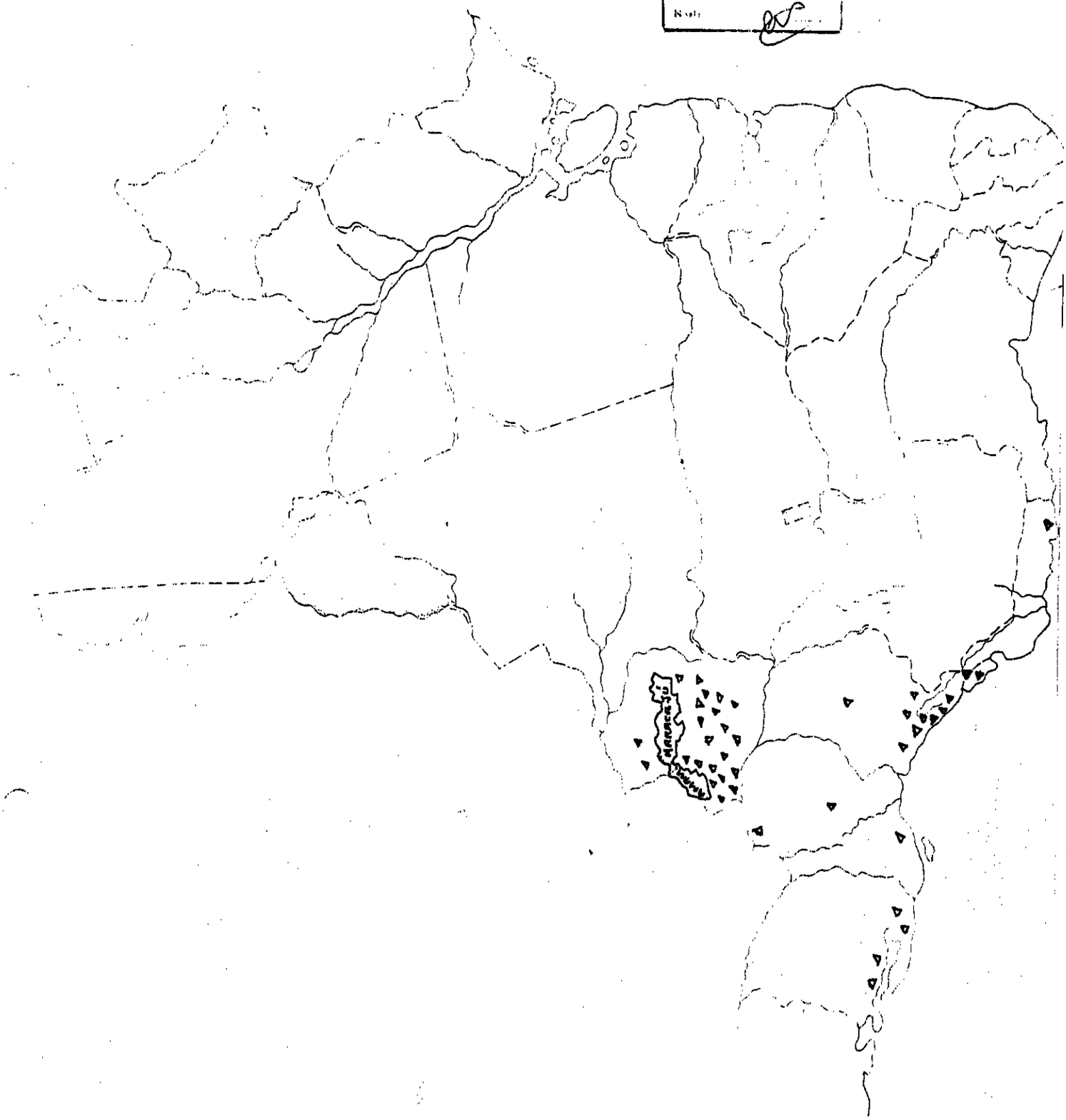
ná. Vale lembrar que as migrações dos Ñandeva sempre foram alimentadas pela fé na profecia do fim do mundo e na esperança do paraíso. Quanto aos Mbuás vindos do Paraguai e Argentina, somente no começo do século XX é que eles ingressaram no Brasil, se representando nos estados do sul. Vide no mapa 05, a plotação geral dos assentamentos Guarani atuais no Brasil.

081-87
39

Acervo ISA

MAPA 05

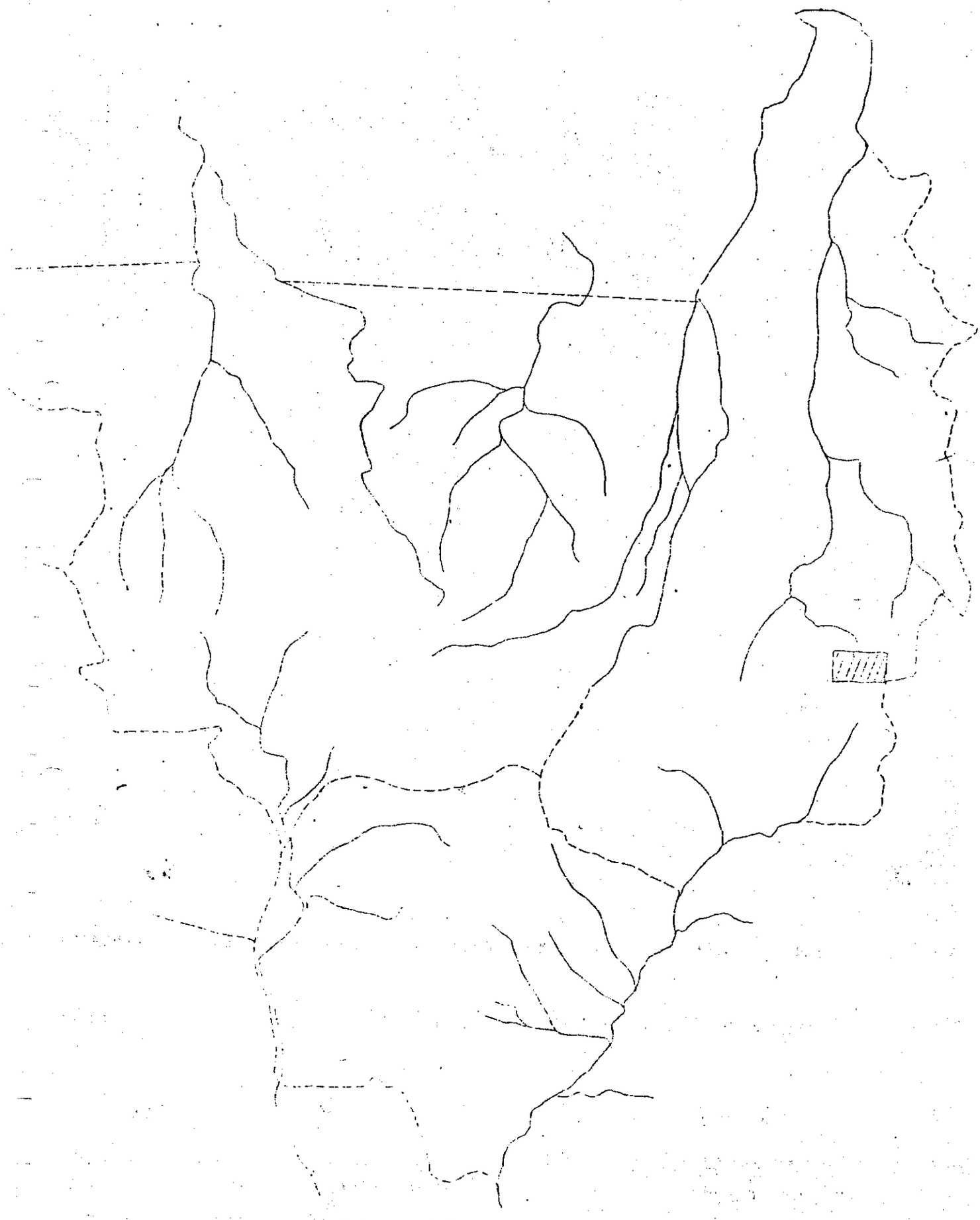
081-87
40



Acervo ISA

MAPA 05.

316



Acervo ISA

081-82
41

OS GUARANI E A EXPANSÃO DO OESTE

A historiografia dos Guarani no Brasil tropical sempre se reportou ao lugar "Refúgio" compreendido entre a serra de Maracajú e o rio Paraná, como área tradicional Guarani. Região constitutiva da ex-província de São Paulo, da ex-capitania de Mato Grosso, do antigo estado de Mato Grosso e do atual estado do Mato Grosso do Sul. Por séculos puderam estes Guarani viver em plena prática social na conformidade de suas categorias sociais fundamentais. Eles consolidaram sua pátria, seu tamanho territorial -Ñande Retã. Suas comunidades, o seu mode de viver- Ñande Tekoha. Sua visão de mundo, ideologia, etnia, o seu modo de ser - Ñande Reko. Também a sua moral religiosa, sua mitologia-Ñande Aguyojê. Além disso, o posicionamento e os acidentes físico-geográficos da região colaboraram em demasia para que els estivessem naturalmente protegidos. Dos vizinhos Guaicurus, reconhecidos como exímios guerreiros' do outro lado da Serra de Maracajú. Da irradiação das cidades Vila Bela, Corumbá, Bela Vista e outras ao longo das margens do rio Paraguai. Do clima bélico pairando sobre o Forte Coimbra e nas cidades fronteiriças. Do contato desvantajoso que os coloniais proporcionaram através do tráfego do rio Paraguai' única rota para embarcações de porte capazes de atingir Cuiabá, do leste para oeste. Pelo rio Paraná, estavam salvos do avanço expansionista vindo leste e detido pró tempore em suas margens. Nos seus limites mais adentro ao norte, o complexo formado pela Serra das Araras, do

Acervo ISA

081-87
42

Verdinho, e Caiapó, de certa forma, emparedava a retaguarda deste ter - ritório, praticamente isolado do contexto geo-político latino-americano, considerado como refúgio dos Guarani no Brasil.

A primeira intervenção branca nesta região se deu no início do século XVI, quando uma guarnição chefiada pelo português Aleixo Garcia ' partiu da província de Santa Catarina, atravessou o hinterland Guarani, transpôs a Serra de Maracajú e desceu o rio Miranda até às margens do rio Paraguai. Em 1580, os jesuitas fundaram a redução de Santo Inácio de Loiola ao Sul, em área do atual município de Amambai, fronteiriço ao Paraguai. A redução de Santo Inácio foi destruida pelos portugueses em 1632. Também em área fronteiriça ao Sul em 1750, o chefe militar Luiz de Souza, da capitania de São Paulo, fundou a Fortaleza de Iguatemi, visando no futuro invadir o domínio espanhol além fronteira. Mas em 1777, por ordem do governador do Paraguai, Agostinho Fernandez, a fortaleza ' foi atacada e sua tropa aniquilada. Outros acontecimentos e expedições menos importantes cortejaram intermitentemente a região. Contudo en nenhum destes eventos históricos viu-se a fixação substantiva do homem ' branco e nem transformações de peso, quaisquer fossem, no contexto Guarani do Brasil, até fins do século XIX.

Foram os conflitos de fronteira que aguçaram a atenção dos brasi - leiros para o centro-oeste do Brasil e, consequentemente, o desenrolar ' de alterações no equilibrado hinterland Grarani. Com as guerras Bra - sil-Paraguai de 1864 até 1870, iniciou-se deslocamento de tropas sediadas em Cuiabá, com a finalidade de fortalecer e defender as vilas e fortalezas fronteiriças, de lutar pela manutenção dos limites internacionais que convinham aos interesses do Governo Imperial do Brasil. Com o término das guerras, uma comissão de limites composta por técnicos, militares e pelo comendador Tomáz Laranjeira como Provisionador, realizou

Acervo ISA

081-87
Fls. 43
Rub.

levantamentos cartográficos dos rios Apa, Apanighy, Mbaia e do Salto das Sete Quedas, terminados em 1874. Entretanto, aconteceu do comendador Tomáz Laranjeira descobrir que toda área Sul do estado e alhures tinha na erva mate a sua exuberância vegetal nativa. Neste mesmo ano, estabeleceu fazenda em terras devolutas nas imediações da cidade de Dourados. Baseado em larga experiência nos ervais de Santa Catarina, Tomáz Laranjeira fundou em 1877 a Companhia Mate Laranjeira. Usando do próprio prestígio postulou e obteve a concessão do Governo Imperial para explorar os ervais nos terrenos devolutos da fronteira com o Paraguai entre o marco Rincão do Julio e a cabeceira do rio Iguatemi, conforme decreto nº 8799 de 9 de dezembro de 1882. Em decorrência da exploração do mate deu-se a fixação do homem branco nas terras do Sul do atual Mato Grosso do Sul. Em 1883, o comendador Tomáz Laranjeira assentou o povoado de Amambai. A economia da exploração de erva mate prosperava de ano para ano. Após a proclamação da República, a companhia Mate Laranjeira admitia como novos sócios; um ex ministro, um ex governador e um Senador da República. Graças ao poder político destes sócios, obteve a renovação da concessão por mais 10 anos e a ampliação dos limites dos ervais. As terras arrendadas, passaram a ter novos limites, conforme Virgílio Correia Filho, "Desde a foz do Ivinhema, por este até a sua foz no Paraná e por este até ser encontrada a foz do Iguatemi, fechando-se a área com uma linha reta deste ponto até a foz do rio Dourado no Brilhante" (16). O monopólio da erva mate em mãos da Companhia Mate Laranjeira progressivamente ganhava importância no cenário econômico do antigo estado do Mato Grosso. Acumulava alto volume crescente de capital e sobrepujava cada vez mais todas as outras atividades econômicas do estado.

Nesta época, a zona do mate no Sul do estado, se fechava aos forasteiros que, aos poucos, chegavam à procura de riqueza atraidos pela

Acervo ISA

Proc. 081-87 Fls. 44 Rub.

cotação do mate no mercado internacional. Como a fixação de colonos nestas terras se dava em termos de prestação de serviços à Companhia Mate Laranjeira, surgiram graves e crescentes problemas sociais referentes à posse da terra, exploração do mate e comercialização por terceiros, práticas consideradas pela Companhia. Com relação aos Guarani do Sul so Mato Grosso do Sul, a exploração do mate nativo em suas terra trouxera o prenúncio do fim do mundo. Modificações foram inevitáveis ao nível existencial, social e ecosistêmico. Muitos Guarani foram cooptados como trabalhadores da Companhia. Grupos Kaiowá e principalmente os Ñandeva do Jacarey, intensificaram sua migração rumo ao leste à procura do Apocalipse ou do Paraiso. Até 1910, a Mate Laranjeira, por meio de contrato sobre contrato com o Estado brasileiro, conseguira reunir em arrendamento a área territorial compreendida nos marcos: rio Ivinhema, rio Paraná, a lideira paraguaia e o alto Maracajú, com mais de 1.800.000 hectares. Em outras palavras, toda a área tradicional Guarani.

O prazo de arrendamento da Companhia já expirava quando Tomáz Laranjeira solicitou ao estado em petição de 1912 a renovação do mesmo. Na capital mato grossense como o novo regime trouxera a ideologia da ordem e progresso, muitos políticos não aceitavam mais o monopólio do Mate Laranjeira que impedia a àbertura do Sul para novos investidores e o assentamento dos migrantes que não cessavam de chegar. Estes políticos desejavam o desmembramento da zona dos ervais em lotes e que esses fossem vendidos em hasta pública, angariando fundos para o estado e promovendo o povoamento sistemático da região. Acirrados debates políticos aconteceram na capital em virtude da solicitação de mais esta renovação de prazo a favor da Mate Laranjeira que, nesta ocasião se transformara em Laranjeira, Mendes e Cia com sede em Buenos Aires, o centro comercial do mate. Os políticos progressistas da capital obtiveram razoável vitória. Um novo contrato foi celebrado com a Laranjeira, Mendes e Cia conforme os termos da lei

Acervo ISA

081-87 Fl. 45

725 de 24 de dezembro de 1915 que reduzia e parcialmente abria os redutos dos ervais a terceiros. A área arrendada no novo contrato não poderia exceder 1.400.000 hectares. Cada acupante de terras, segundo a lei 725, com pastagem ou lavoura, situados dentro da área arrendada teria do estado a preferência para aquisição de área não superior à 3600 hectares. Esta condição da lei relativisou do monopólio da Companhia, abrindo as portas do Sul a toda sorte de migrantes. Consoante Virgilio Correia Filho, "A lei 725 de 1915 restringiu a área do arrendamento, de sorte que puderam os pretendentes adquirir a gleba já ocupada provisoriamente. Começaram então a legalizar a posse perante a repartição de terras, que somente no municipio de Ponta Porã, expediu entre 1919 a 1924, 356 títulos referentes a 620.700 hectares" (17). Demosthenes Martins completa "Dai resultou o aparecimento de cidades, vilas e povoados alentando a econômia mato grossense com o trabalho de milhares de habitantes". (18)

Não só esta foi a causa do surgimento e crescimento desenfreado dos núcleos urbanos nesta região. Entre 1905 e 1947, o antigo estado de Mato Grosso viu desenvolver-se uma via de penetração atrativa para novos habitantes. Trata-se da Estrada de Ferro Noroeste projetada e construida não só para ligar ao resto do pais as áreas mais isoladas, consolidando a unidade nacional, como também para defesa das fronteiras externas e principalmente para o povoamento e colonização destas terras. A Noroeste trouxe consigo num primeiro momento braços para construí-la e foi fazendo brotar cidades e vilas ao longo de seus trilhos e em torno de suas encruzilhadas; mais tarde serviu como escoamento para a grande produção das fazendas que foram surgindo nesta área dedicadas à criação de gado pois inexistiam outras vias de comunicação no interior, dado que as estradas de rodagem só chegaram à esta área posteriormente. Todo este povoamento e ocupação da área não se fez sem problemas, como bem coloca Fernando de Azevedo, "a tarefa inicial

Acervo ISA

081-87
46

do desbravador, auxiliado e estimulado pela via férrea na sua obra de colonização teria de exprimir-se por uma violenta posse da terra".(20). E esta terra foi violentamente desejada, conquistada e disputada. Com a Estrada de Ferro Noroeste, em seu rumo ao Sul, foram também os desbravadores queimando as matas, principalmente, os criadores de gado ocupando de maneira extensiva os claros abertos pelo caminhar dos trilhos. Em 1905, o trem chega a Campo Grande, já varando e deixando atrás de si muita mata devastada e pastagens assentadas. Em 1944 inaugura-se o primeiro trecho da ligação férrea Campo Grande - Ponta Porã. São 154 quilômetros que avançam na direção de Dourados, no ano seguinte mais 24 quilômetros e assim por diante, objetivando alcançar Ponta Porã.

Foi dessa forma, auxiliado pela lei 725 e, posteriormente pela Estrada de Ferro Noroeste, que o Estado brasileiro se expandiu para o oeste, ignorando os Guarani que foram, desde os tempos imemoriais, os senhores absolutos destes ervais. Registre-se também, que a lei 725 muito auxiliou o martírio destes senhores do mato: determinando completa retaliação do seu espaço pátrio e do seu espaço comunitário.

A CRIAÇÃO DE POSTOS INDÍGENAS NO OESTE

O avanço da população branca para a região oeste do país, que intensificou-se no inicio deste século, e o consequente conflito entre estes colonos e as comunidades indígenas locais tornaram evidentes a necessidade de uma política indigenista a nível de governo federal. Em 1910, foi criado então o Serviço de Proteção ao Índio - SPI - órgão governamental encarregado da política indigenista em todo o território nacional. Suas diretrizes primordiais estabeleciam o direito das comu-

Acervo ISA

nidades indígenas à posse da terra, à preservação de sua cultura e sua integração no contexto da sociedade brasileira. A efetiva implantação do SPI só vai ocorrer cinco anos depois, 1915, no sul de Mato Grosso, com a demarcação de áreas e a instalação do Posto Indígena - PI - A - mambai, dos índios Kaiowá. O início dos trabalhos do SPI foi portanto simultâneo à lei 725, de dezembro 1915, que autorizou, parcialmente a atomização dos ervais em pequenas propriedades, facilitando a total desarticulação dos guaraní fixados no oeste brasileiro.

Além de leis que iam contra as diretrizes básicas de preservação das terras e cultura indígena, a própria política do órgão revelou-se distante dos interesses das comunidades guarani. A demarcação das terras indígenas, iniciada em 1915, foi imposta, muitas vezes, pelo SPI sem considerar os locais históricos de habitação dos guarani do sul do antigo Mato Grosso. Nem sempre os critérios de demarcação foram objetivos. Muitas vezes atendiam aos interesses de funcionários do SPI, ou então, reuníam diferentes etnias agrupadas na mesma gleba, como o caso do PI Dourado, que reúne no mesmo espaço as etnias Terena e Guarani. Isto frequentemente gera inúmeras formas de conflitos entre os membros destes grupos. Estas demarcações receberam significativo apoio dos fazendeiros e empresários rurais, que viam na ação dos governo uma fórmula para afastar das terras, que consideravam como suas, a presença de indígenas.

Rubem F.T.Almeida relata que nos últimos dez anos "o fluxo de famílias oriundas das fazendas da região para os PIs da FUNAI foi proporcionalmente fabuloso. Em alguns casos o fazendeiro dirigia-se ao PI para solicitar a retirada dos índios - em inúmeros casos, foram atendidos. Outras vezes, os indígenas eram simplesmente colocados em caminhões e abandonados na beira de qualquer estrada " (21). E, conforme o artigo 8º do Regulamento de Terras, estas novas levas poderi-

Acervo ISA

081-87
Fls. 48
Rub.

am ser imcorporadas aos PIs sem qualquer consideração sobre as condições de adaptação. Atualmente há 21 comunidades guaraní no Mato Grosso do Sul. Entre 1915 e 1984, o SPI e, posteriormente, a FUNAI demarcaram dez áreas indígenas; duas áreas foram apenas delimitadas e nove comunidades aguardam providências cabíveis, reguladas pelo Sistema de Terras Indígenas, entre elas - Cerrito, Vila Juty e Maracaju.

Com relação à atuação do Serviço de Proteção ao Índio, substituído pela FUNAI em 1967, pode-se observar falhas na execução de seus objetivos iniciais. O plano so SPI era organizar inspetorias e postos locais com representantes que funcionariam como elementos de intermediação entre brancos e indígenas, afastando o risco de conflitos. Como já foi dito anteriormente, este objetivo só foi alcançado em detrimento dos interesses das comunidades indígenas, tanto na questão das terras como de sua cultura. Como afirma James Watson, na década de 40, "a prática do SPI, no sul do antigo estado de Mato Grosso, favorecia apenas uma paz oportunística entre brancos e índios".(15). Além disso, a maioria dos PIs se manteve omissa em relação à influencia de missionários religiosos junto às comunidades indígenas. E, quanto à adaptação destas comunidades à sua nova situação, houve uma distorsão na área de ensino. Nos Postos Indígenas onde funcionavam escolas, o método educacional foi entregue a leigos, que desconheciam ou subestimavam a cultura indígena, impondo valores religiosos, canções e matérias disciplinares distantes dos interesses destas comunidades.

Acervo ISA

081-87
Fls. 49
Rubrica

A QUESTÃO DOS KAIOWÁ DE MARACAJÚ.

O município de Maracajú, distante 150 kms de Campo Grande e 90 kms de Dourados, conformava a grande extensão de terras que o antigo estado de Mato Grosso considerava como devolutas (vide capítulo VIII). Por outro lado, considerando os argumentos dos historiadores e cronistas, conclui-se que Maracajú conformava também a reconhecida parte norte do lugar tradicional Guarani no oeste do Brasil (vide capítulos III e VII).

Na expansão do oeste, a cidade de Campo Grande, fundada em 1899, atual capital do estado do Mato Grosso do Sul, desempenhou o importante papel de base mais avançada ao norte, para o efetivo desbravamento das terras do sul. Em 1905 chegou o trem e com ele vieram o gado e a migração. Em 1915 foi criada a Lei 725 que, em consequência, proporcionou admirável incremento na demanda dos migrantes por assentamentos de terra nestas paragens, consideradas devolutas. Por volta de 1930 surgiram as rodovias. Em 1944, foram construídos os primeiros 150 kms do traçado férreo Campo Grande-Ponta Porã. Portanto foram os Guarani, da parte nor

Acervo ISA

te do seu lugar tradicional, quem primeiro sofreu a sistemática intromissão dos brasileiros em seus domínios e o resultante desbaratamento progressivo dos seus respectivos espaços pátrio e comunitário.

081-37
50

Os Kaiowá tomados aqui como objeto da questão, pertencem ao conjunto daqueles Guarani que habitavam a zona indígena referida neste capítulo. A princípio, eles viviam nas imediações do rio Brilhante e do córrego Cachoeira, contíguos, distantes 5 kms do atual município de Maracajú. Em data que não foi possível identificar, anterior a 1950, eles se dispersaram. Parte deles alogou-se em área do Posto Indígena de Panambi, no atual município de Douradina, distante 106 kms, onde permaneceram até 1977. Depois, por motivos de desavenças entre eles e o pessoal de Panambi, acabaram retornando à Maracajú, não mais nas imediações do lugar supostamente original, o Cachoeira, mas, de forma esparsa, nas cercanias urbanas do município.

Sobre o córrego Cachoeira, hinterland Guarani do passado, recorreremos à sinopse do relatório, preposto ao julgamento do juiz substituto da sessão judiciária do Mato Grosso do Sul, em precesso nº 348/81 referente à ação de reivindicação de posse, no qual determinou ganho de causa para Sebastião Alves Marcondes, proprietário da fazenda Sete Voltas, terras que abarcam as imediações de um antigo posto agrícola da EMBRAPA, autora da ação, terras estas que, por sua vez, abarcam as imediações do córrego citado, o Cachoeira: " O então Estado do Mato Grosso, aos 18.06.1947 editou o Decreto-Lei nº: 865, através do qual reservou uma área de 200 hectares, localizada na Fazenda Sete Voltas, município de Maracajú, para a instalação de Posto Agropecuário do Ministério da Agricultura. Em 1948 já estava o Posto devida-

Acervo ISA

081-87

mente instalado. Lá foram construídas casas para a administração, operários, depósitos e demais necessidades. Aos 04.03.1948, o Estado de Mato Grosso passou escritura de doação da área para o Ministério da Agricultura. Aos 09.12.55 o Governo do Estado houve por bem expropriar a área de 200 ha da Fazenda Alegria pela quantia de cr$ 200.000,00 para o fim de doá-la ao Ministério da Agricultura. Aos 30.10.56 foi autorizado o Poder Executivo a abrir um crédito especial no referido valor. Aos 08.07.59 o proprietário Sebastião Alves Marcondes ingressou em juízo com ação Ordinária de Indenização, contra o Estado de Mato Grosso. Saiu-se vencedor em ambas as instâncias, porém não chegou a receber a quantia que lhe foi estipulada judicialmente. Aos 02.07.70 a Assembléia Legislativa do Estado resolveu revogar a Lei 800/55, ficando, assim, sem efeito a expropriação. O Posto Agropecuário funcionou até o ano de 1970. Há documento nos autos que revela bem o histórico de suas atividades. Da mesma forma os depoimentos colhidos em audiência. Naquele ano retiraram-se os empregados e apenas Basílio Carneiro de Souza ficou no local. Posteriormente, inconformado com tal estado de coisas, Sebastião Alves Marcondes notificou o Estado de Mato Grosso, aos 07.05.76, e depois entrou na área, nela criando gado e cultivando soja. Aos 08.03.79 a União Federal incorporou ao patrimônio da EMBRAPA, para a integralização de seu capital, a área em disputa. A empresa pública levou o título a registro no ano de 1981 e passou a deter o domínio da área. Ao tentar ocupá-la, porém, deparou com terceiros explorando-a. Aos 26.10.81 interpôs a presente medida judicial, objetivando conseguir a posse do bem imóvel. Quando o Estado de Mato Grosso editou o Decreto-Lei 865/47 a área não tinha proprietário. O réu só conseguiu título de domínio no ano de 1950, mediante requerimento formu

Acervo ISA

lado ao Poder Judiciário com a expedição de mandado ao Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis. Portanto, se os 200 ha não eram titulados, a única conclusão a que se pode chegar é a de que as terras eram devolutas. Em verdade, jamais o Estado de Mato Grosso foi detentor do domínio, logo, de nenhum valor é a escritura primitiva de doação. A EMBRAPA não tem domínio e assim não pode reivindicar, porque não preenche os requisitos do artigo 524 do Código Civil". Situação esta que perdura, pois a autora recorreu ao Supremo Tribunal da União e até a presente data, de nada se tomou ainda conhecimento. Com referência à testemunha citada no processo acima referido, Basílio Carneiro de Souza, funcionário aposentado do Ministério da Agricultura, este revelou que permanecera no local de 1960 a 1980 como encarregado-vigia. Entrevistado em sua residência no município de Maracajú, disse que neste período no antigo Posto Agrícola, não vira e tampouco soubera que lá estivessem vivendo os Kaiowá em questão.

No anos 80, com a saída de Basílio Carneiro do Posto Agrícola, o aparente abandono da área bastou para que algumas famílias Kaiowá, que viviam esparsas no município, para lá recorressem afim de viverem. Em 1983, Sebastião Alves Marcondes promoveu a retirada destas famílias alegando que havia ganho na justiça a disputa referente a área. Deslocaram-se então para área próxima, ribeirinha do córrego Cachoeira, mas fora dos limites da fazenda Sete Voltas. Neste momento, os outros Kaiowá se haviam estabelecido nas margens da rodovia Rio Brilhante - Maracajú. Em 1984 o representante local do DNER, por ordem superior solicitou a estes indígenas que deixassem o leito da estrada. A seguir, juntamente com os outros Kaiowá da periferia da fazenda Sete Voltas alojaram -

Acervo ISA

se em terreno que a prefeitura conseguira no perímetro urbano, por tempo limitado. Em maio deste ano, os Kaiowá receberam o ultimato da prefeitura para deixar o terreno que os abrigava, por necessidade de obras públicas no mesmo. Desta forma, os Kaiowá de Maracajú resolveram, por falta de alternativas, empreender a "invasão" do antigo Posto Agrícola, área do contexto onde viveram seus pais e avós, as imediações do córrego Cachoeira, atualmente propriedade da fazenda Sete Voltas. O clima de tensão instalou-se no município. O fazendeiro com o apoio de mais 35 fazendeiros através do Terrasul da Polícia do Estado e da Prefeitura, expulsou os "Kaiowá de Maracajú" em julho de 86. Eles foram levados para o Posto Indígena de Dourados em dois veículos tipo "Caçamba", cedidos para o transporte pela prefeitura do município. Ao chegarem no PI Dourados, em contrapartida, apreenderam os caminhões. Em 23 de julho, em reunião oficial no PI com a presença de todos estes Kaiowá e seu "capitão", a liderança Kaiowá e Ñandeva de Dourados e dos funcionários da FUNAI, transcreveu-se em Ata o seguinte="... decidiram entregar os caminhões retidos nessa reserva... nas seguintes condições ... que a FUNAI ligalize uma área de terras onde eles possam fixar suas moradias". A seguir, no mês de agosto, os caminhões foram liberados e por determinação do "capitão" Carlito dos Kaiowá de Dourados, ficou acertado que os mesmos só poderiam permanecer três meses na área, alegando que o PI Dourados não pode comportá-los para sempre.

Com relação à exata localização dos indígenas em questão na área do córrego Cachoeira não foi possível estabelecer um consenso. O "capitão" Ailton dos Ñandeva de Dourados, afirma que na área do extinto posto eles nunca estiveram. Já o "capitão" Carlito afirma que foi lá que viveram. O Te

Acervo ISA

081-87

rena Deoclides Correia, atendente de enfermagem do PI Panambizinho, afirma que eles nasceram na área indígena Panambi. Consultando o livro de registro de nascimentos do PI Panambi constatou-se que o "capitão" dos Kaiowá de Maracajú, Cacildo Turíbio, seu pai Olício e demais estão registrados no ano de 1976 data evidentemente muito posterior a seus nascimentos. Observou-se também que Aparício, avô de Turíbio e pai de Olício, não foi registrado no referido posto. Sobre o cemitério que os Kaiowá afirmam existir na área do extinto Posto Agrícola, disseram que desconheciam o nome dos sepultados, conforme relatório referente a RDG nº:821 da 2ª SUER. O representante do CIMI em Dourados, Hilarius Paulus afirmou, por escrito, que funcionários da EMBRAPA daquela época, poderiam falar favoravelmente aos índios despejados. como já foi visto, Basílio Carneiro, o preposto da EMBRAPA na época contraria a colocação do representante do CIMI. Acrescenta ainda Basílio Carneiro que nunca trabalhou indígena naquele Posto Agrícola. Por outro lado muito destes Kaiowá e mais Teodoro, dos Ñandeva de Dourados afirmam que trabalharam no referido posto da EMBRAPA. O "capitão" Cacildo Turíbio, o "capitão" Eliande dos Kaiowá dos Guaimbé e o ex "capitão" Ireno dos Ñandeva de Dourados, afirmam que foi justamente na área do Posto Agrícola que os Kaiowá de Maracajú viveram. Sebastião Marcondes, os fazendeiros e o prefeito dizem que em Maracajú nunca existiu indígena. Dona Nazaré, funcionária do posto indígena Maracajú, é apontada pelos Kaiowá como testemunha de que eles há mais de 70 anos habitavam aquele lugar, área onde se instalou o extinto Posto Agrícola, hoje propriedade da família Marcondes.

Os Kaiowá de Maracajú perfazem uma população com 68 indivíduos: 34 crianças, 14 mulheres e 20 homens. Reuni -

Acervo ISA

dos no dia 25 de agosto de 1986, no PI Dourados, todos esses Kaiowá, seu "capitão" e seus idosos, formularam uma proposta de área que pudesse, urgentemente, pôr fim a diáspora que eles estão vivendo. Considerou-se a área do extinto Posto Agrícola como terra natal e a pendência judicial que recai sobre a mesma. Considerou-se o espaço pátrio original do Maracajú ao sul e a possível substituição da área do extinto Posto referido. Dessa forma formalizou-se uma proposta com duas opções=

Área pretendida: 1ª opção - 200 hectares. Área do extinto posto agrícola, com os seguintes rumos = "limitado ao norte, com a estrada Maracajú-Kaiowá até a ponte do rio Cachoeira a leste, por segundo, no rumo 4º 61E e o quarto a 1.000mts do terceiro S 85º 54' W, limitando-se a gleba ao norte com a fazenda Vila Mercedes de Eugênio Gomes da Silva; ao sul, leste e oeste com as terras da fazenda Leque".

2ª opção - 200 hectares. Qualquer área sem benfeitorias e com matas, num raio de 100kms do município de Dourados, encravada no perímetro do seu original hinterland.

Observação: Não foi realizado o laudo de Avaliação de Benfeitorias na fazenda Sete Voltas.

Acervo ISA

081-87
59

CONCLUSÃO

As três comunidades tratadas neste relatório apresentam características próprias em suas relações de ocupação com as áreas pretendidas, mas um aspecto fundamental elas tem em comum : a existência imemorial no estado de Mato Grosso do Sul. Em todas as legislações de todos os regimes, pelas quais configura-se a história do Direito no Brasil, atribuiu-se às terras ocupadas pelos indígenas os respectivos domínios e o concomitante direito a posse. Assim foi lei no regime das Sesmarias, no regime de Posses, no regime da "Lei das Terras", no regime Republicano e na vigente Constituição do Brasil.

Considerando o que tem sido demonstrado, as terras, ocupadas pelo Ñandeva do Cerrito e pelos Kaiowá de Vila Juty , não poderiam ser considerados pelo Estado como terras devolutas, pois que eram habitadas e, por conseguinte, portavam domínios. Apesar destes Guarani não possuírem a legitimação dos títulos de posse, porquanto são incapazes para o exercício da cidadania plena, são eles os primeiros quem ocupou estas terras, são os ocupantes dos tempos imemoriais, autores de um duplo domínio: o de habitar e o de nação. Historicamente, tanto ao nível da ocupação em termos de pátria, isto é, do seu espaço territorial abrangente, as comunidades e o

Acervo ISA

circuito do trânsito humano, quanto ao nível da ocupação comunitária, isto é, do exato lugar de seus módulos domésticos as relações cotidianas entre seus membros e a decorrente apropriação do solo. Portanto, ninguém poderia estabelecer posse naquelas terras porque elas já estavam habitadas pelos Guarani, nem o Estado e nem terceiros, porque nelas já havia o domínio completo, primo e congênito, o substrato da posse.

081-27
60

Tendo em vista a situação de ocupação original destes Guarani e a precisão dos seus locais costumeiros; tendo em vista "Vencer os conflitos e harmonizar interesses antagônicos, ocupa-se não apenas da presença indígena em determinada área, mas, igualmente, da situação dos civilizados que por ventura nela estejam localizados, buscando, dessa maneira, conciliar as partes através de soluções exeqüíveis, do ponto de vista legal, social e econômico" (E.M.I., Min/062/80); e em conformidade com o artigo 25 capítulo 2 título 3 do Estatuto do Índio — "O reconhecimento do direito dos índios e grupos tribais à posse permanente das terras por eles habitadas, nos termos do artigo 198, na Constituição Federal, independerá de sua demarcação, e será assegurado pelo órgão federal de assistência aos silvícolas, atendendo à situação atual e ao consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação, sem prejuízo das medidas cabíveis que, na omissão ou erro do referido órgão, tomar qualquer dos Poderes da República", mister se faz propor uma ação de reivindicação de posse, cabendo à FUNAI a defesa judicial dos direitos dessas comunidades Guarani, indígenas que tem o domínio e não tem a posse contra aqueles que tem a posse e não tem o domínio.

Acervo ISA

Sobre a área pretendida pelos Kaiowá de Maracajú releva-se a impossibilidade de se conhecer o exato lugar da ocupação original desta comunidade, não podendo assim, estabelecer-se o domínio completo anterior ao título de posse da mesma. Não havendo dúvidas quanto ao domínio pátrio, este que potencializa o primeiro, já que demonstrado ficou, foram os Guarani os habitantes primos e íntimos da região esquerda da Serra de Maracajú.

081 - 61

Tendo em vista, de um lado, a imemorialidade desses Kaiowá na região de Maracajú e, de outro, a inexistência do domínio em área exata não definida por ocupação original; tendo em vista a pendência judicial que paira sobre a área de ocupação presumível, cogitada pelos indígenas e em conformidade com o artigo 26 capítulo 3 título 3 do Estatuto do Índio — "A União poderá estabelecer, em qualquer parte do território nacional, áreas destinadas à posse e ocupação pelos índios, onde possam viver e obter meios de subsistência, com direito ao usufruto e utilização das riquezas naturais dos bens nelas existentes, respeitadas as restrições legais", é mister se fazer propor a compra de área, exeqüível do ponto de vista legal, social e econômico, segundo constou em reunião, como alternativa de área pretendida no consentimento dos próprios indígenas.

Acervo ISA

081-87
62

BIBLIOGRAFIA

1 - MELIÁ, Bartolomeu

1981 . El "Modo de Ser" Guarani en la primera documentación jesuítica (1594 - 1639). in Revista de Antropologia Vol. XXIV, São Paulo.

2 - —— e GRUNBERG, G e GRUNBERG, F

1976 . Los Pai - Tavyterã = etnografia Guarani del Paraguay contemporáneo. in Suplemento Antropológico. Vol. XI , Assunção.

3 - CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação.

1983. . Povos Indígenas no Brasil. São Paulo.

4 - CHARLEVOIX, Pierra François Xavier de

1747 . Histoire du Paraguay. Paris

5 - DOYLE, Robert A.

1979 . Vocabulário do Guarani. Summer Ins

Acervo ISA

titute of Linguistics, Brasília.

6 - ELLIOT, João Henrique

1986 . Emigração dos Cayuaz. in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. XIX.

7 - HERNANDEZ, Pablo

1913 . Organisación Social de las doctrinas Guanis. Barcelona.

8 - LOGON, C

1968 . A República Comunista Cristã dos Guaranis (1610-1768). Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.

9 - MOUSSY, Martin de

1860-1864 . Description Geógraphique et Statistique de la Confederation Argentine , Paris.

10 - NIMUENDAJÚ (UNKEL), Curt

1954 . Apontamentos sobre os Guaranis.

11 - RENGGER, J.B.

1835 . Reise nach Paraguay in deu Jahren 1818 bis 1826. Aarau.

12 - SCHADEN, Egon

1947 . Fragmentos da Mitologia Kaywá. in Revista do Museu Paulista, Vol. I , São Paulo.

081-87
63

Acervo ISA

13 - SUSNICK, B

1928 . Los Aborígenes del Paraguay, Etnologia del Chaco Boreal y su Periferia Csiglos XVI y XVII. Tomo I, Assunção.

081 - 64

14 - TAYLOR

1966 . Contos Kaywás. in Revista de Antropologia, Vol. XIV, São Paulo.

15 - WATSON, James B

1945 . Cayuá Culture Change = a study in ac - culturation and methodology. in American Anthropologist, Vol. LIV, nº:2.

16 - CORREIA FILHO, V.

1924 . As raias de Mato Grosso.

17 - 1926 . História de Mato Grosso.

18 - 1957 . Ervais do Brasil e Ervateiros. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro.

19 - MARTINS, Demosthenes

s/d . História de Mato Grosso. Vaner Bícego Editora, São Paulo.

20 - AZEVEDO, Fernando

1953 . Um Trem corre para o oeste. Edições Melhoramentos. Obras Completas, Vol. XII, São Paulo.

21 - THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem F.

Acervo ISA

1985 . Relatório da área indígena Pirakua. Uma panorâmica sobre o problema e a noção de terra Guarani no Mato Grosso do Sul. FUNAI.

Proc. 081
Fls. 65
Rubrica

Acervo ISA

087
Fls. 66
Rubrica

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTOS

19.11.84 - Relatório da Viagem do Servidor Vandelino Bravim a Rio Brilhante e Maracajú, por determinação da Comunicação de Serviço nº: 037/9ªDR/84 para verificar no local a situação dos Kaiowá que estavam ocupando área de domínio da estrada que liga os dois municípios. Foram encontrados na área dois grupos de Kaiowá, um que habitava em terras da Fazenda Barra Mansa e outro que esteve radicado durante 22 anos na região do Posto (Colônia)Agrícola do Ministério da Agricultura mas que foi obrigado pelo fazendeiro Sebastião Marcondes a deixar o local sob alegação de que este havia ganho na Justiça a posse da terra em questão. Os índios aceitaram a condição de impossibilidade de permanecer na área da estrada mas manifestaram o desejo de não se afastar do Posto (Colônia) Agrícola e de ter reconhecida sua propriedade sobre estas terras.

19.11.84 - Memorando nº 037/9ªDR/TA/84 de Vandelino Bravim ao Delegado da 9ª DR/FUNAI, encaminhando relatório sobre a situação dos índios Kaiowá localiza-

Acervo ISA

dos próximos do rio Cachoeira, no município de Maracajú,e do rio Brilhante, no município do mesmo nome.

081-37
67

02.07.86 - Recortes dos jornais "Correio do Estado", "Diário da Serra" e "Jornal da Manhã", relatando a invasão por 40 índios Kaiowá, de terras da Fazenda Alegria, de propriedade de Sebastião Alves Marcondes. Para manter a ordem foram enviados à área 20 policiais militares e 5 agentes da Polícia Federal, pois os fazendeiros ameaçavam usar de violência para expulsar os índios.

03.07.86 - Recorte do jornal "Correio do Estado" sobre o envio, pela FUNAI, de uma equipe técnica à Fazenda Alegria para fazer um laudo antropológico que caracterize a existência de índios Kaiowá na área há mais de 20 anos e, portanto, a legitimidade da gleba indígena.

08.07.86 - Carta do Sr. Miguel Subtil de Oliveira, proprietário da Fazenda São Miguel Arcanjo, no município de Caarapó/MS ao Delegado da 9ª DR de Campo Grande/MS, relatando a invasão de suas terras por um grupo de 20 índios vindos da Vila Juty. O fazendeiro afirma ainda que compareceu à FUNAI onde participou o fato, ocasionando uma ida do Subdelegado da 9ª DR, Sr. Elizeu Lili e do Chefe do PI de Caarapó, Sr. Lúde à área em questão mas sem nenhuma consequência quanto à retirada dos índios e solicita providências.

Acervo ISA

11.07.86 - Recorte do jornal "Diário da Serra" relatando que, no dia 01.07.86, cerca de 140 índios Kaiowá-Guarani que residiam na área da Fazenda Juty retornaram a seu antigo habitat em Jarará, junto ao córrego de mesmo nome a 4 Km de Vila Juty, no município de Caarapó, onde até há 40 anos havia várias aldeias indígenas, que foram abandonadas pela pressão do branco e o consequente desmatamento.

081-87

14.07.86 - Relatório do Servidor Belmiro Chaves, em cumprimento à determinação do RDG nº: 821/SUPEX/Cuiabá, sobre o levantamento da real situação dos 55 índios Kaiowás que ocuparam desde o dia 29.05.86 a Fazenda Alegria. O fazendeiro Sebastião Alves Marcondes aguardava decisão da FUNAI para a retirada dos índios mas já havia marcado data limite para esta retirada (14.07). Os índios denunciaram ao Sr. Belmiro o grau de agressividade da Polícia Federal e a falta de alimentos e remédios. A área reclamada é de 224(duzentos e vinte e quatro) hectares, onde está localizada a antiga sede do Posto Agrícola. Foi também feita uma visita ' ao fazendeiro que declarou que poder-se-ia esperar acontecimentos desagradáveis, inclusive com a retirada à força dos índios contando, para isso, com o total apoio e ajuda dos outros fazendeiros da área.

14.07.86 - Ação de Reintegração de Posse contra a Delegacia da 9ª DR/FUNAI, proposta por Miguel Subtil de Oliveira. Pede a Reintegração de Posse de terras (1

Acervo ISA

alqueire) da Fazenda São Miguel Arcanjo, no município de Caarapó/MS, invadidas por índios (20) vindos de Vila Juty, no dia 02.07.86.

081-87
Fl. 69
Rub.

15.07.86 - Relatório dos Servidores Elizeu Lili e Lúde Simioli Jr., em cumprimento às determinações da Comunicação de Serviço nº: 153/9ª DR/86 de 03.07.86. Relata a visita à Fazenda São Miguel Arcanjo, onde se encontravam alguns índios Kaiowá vindos de Vila Juty. O grupo compunha-se de 52 índios que afirmaram ser este o local de seu antigo habitat (por mais de 30 anos), no que foram contestados pelo proprietário, Sr. Miguel Subtil de Oliveira, que afirmou não existirem índios ali quando da compra da Fazenda em 1967, mas reconheceu haver na área um cemitério.
O relatório sugere a convocação de um antropológo para estudo mais aprofundado e detalhado do assunto.

17.07.86 - Recorte do jornal "Correio do Estado" relatando a retirada dos índios Kaiowá de terras da Fazenda Alegria, realizada pelo proprietário Sr. Sebastião Alves Marcondes, no dia 16.07.86, que levou os índios para destino ignorado. O Capitão da aldeia, Cacildo Tariba, que se encontrava em Campo Grande no momento da retirada, denunciou a destruição dos cemitérios índios na área pelos fazendeiros para eliminar provas de que a reserva pertence aos índios há longo tempo. Declarou ainda que espera uma solução pacífica mas teme pela segurança das famílias retiradas.

Acervo ISA

22.07.86 - Memorando nº: 248/SEC/ADR/MS, do Administrador Regional da FUNAI em Campo Grande ao Superintendente da 2ª Região-Cuiabá/MT, encaminhando o relatório dos Servidores Elizeu Lili e Lúde Simioli Jr. a respeito dos índios Kaiowá de Vila Juty, município de Caarapó.

081-87

23.07.86 - Ata de Reunião na sede do PI Dourados à qual compareceram os Capitães Carlito de Oliveira e Ailton de Oliveira, índios que estavam na Fazenda Alegria, município de Maracajú e funcionários da FUNAI, onde se decidiu a devolução dos caminhões de propriedade da Prefeitura de Maracajú até então retidos na Reserva pelos índios, desde que a FUNAI: legalize uma área onde possam fixar residência; implante um projeto agrícola; providencie assistência nas áreas de saúde, educação e moradia. As lideranças do PI Dourados' concordaram em que o grupo utilizasse sua área para um projeto de subsistência.

24.07.86 - Portaria nº: 165/86 do Presidente da FUNAI, Romero Lucá Filho que constitui um Grupo de Trabalho - GT - para efetuar estudos de caracterização das áreas de pretensão Kaiowá - Guarani cujos trabalhos deverão ser efetuados de acordo com o Decreto nº: 88-118/83; deverão, ainda, caracterizar as áreas quanto à sua possível categoria jurídica (artigo 17 da Lei 6001/73). Deverão ser fornecidas além dos dados etno-históricos dos grupos indígenas, a situação fundiária dos ocupantes não-indígenas quanto à nature

Acervo ISA

za jurídica de suas ocupações, de seus títulos em cartório e de suas benfeitorias, e também quaisquer outras informações pertinentes à solução pacífica dos problemas.

081-87
71

O GT será composto por: José Resina Fernandes Jr., engenheiro, Coordenador dos trabalhos,; José Augusto Mafra dos Santos, sociólogo, que nos impedimentos do Coordenador assumirá a Coordenação do GT; Celso Aoqui do PKN , antropólogo; Lévio Natal, topógrafo; um representante do INCRA/MS; um representante do Instituto de Terras de MS.

O prazo para o desenvolvimento dos trabalhos de campo será de 20 (vinte) dias a contar desta data.

24.07.86 - Telegrama do Superintendente de Assuntos Fundiários da FUNAI/BSB, Daniel Marques de Souza, para a Superintendência da 2ª Região - Cuiabá/MS, comunicando a assinatura, pelo Presidente, da Portaria constituindo o GT para estudo das comunidades Kaiowá-Guarani.

29.07.86 - Ofício nº: 153/ADR/CG/86, do Administrador Regional de Campo Grande ao Superintendente Regional da Polícia Federal/MS solicitando a presença de um agente para acompanhar o GT, constituído por servidores da FUNAI, INCRA e TERRASUL, na tarefa de identificação das áreas de Vila Juty, Maracajú e Fazenda Cerrito.

Acervo ISA

05.08.86 - Carta Precatória expedida pelo Juíz de Direito, Divaldo Roque de Meira, da Comarca de Caarapó/MS, ao Juíz de Direito da Comarca de Campo Grande para comunicar que em sua vara corre uma Ação de Reintegração de Posse nº:146/86 movida por Miguel Subtil de Oliveira contra a Delegacia da 9ª DR/FUNAI tendo como objeto as terras de sua propriedade invadida pelos índios. A Delegacia é citada a comparecer a uma audiência de notificação dos autos no dia 28.08.86.

081-87 72

08.08.86 - Ofício nº: 201/CRP do Superintendente Regional da Polícia Federal/MS ao Administrador Regional da FUNAI em Campo Grande em resposta ao Ofício nº: 153/ADR/CG/86, informando que, por ser o efetivo da Polícia Federal muito reduzido naquela Superintendência, não haveria possibilidades de deslocamento do agente solicitado.

11.08.86 - Ofício nº: 159/ADR/CG/86 do Administrador Regional de Campo Grande ao Diretor Geral da TERRASUL solicitando a liberação de um técnico do Instituto de Terras/MS para acompanhar o GT que efetuará os estudos necessários à caracterização das áreas de pretensão das Comunidades Indígenas.

11.08.86 - Telegrama nº:874/ADR/CG/86 a SUER/Cuiabá/MS com vistas à SUGE/BSB, pedindo prorrogação do prazo da Portaria Presidencial nº: 165/86 de 24.07.86 por 20 dias, devido ao atraso na liberação de recursos para execução dos trabalhos.

Acervo ISA

11.08.86 - Telegrama nº: 875/ADR/CG/86 a SUER/Cuiabá informando que o GT instituído pela Portaria Presidencial nº: 165/86 de 24.07.86 irá se deslocar para campo em 13.08.86 afim de iniciar os trabalhos e informa também que o Servidor José Augusto Mafra dos Santos encontra-se na ADR/CG desde o dia 28.07.86 realizando os levantamentos necessários à execução dos referidos trabalhos.

081-77
73

19.08.86 - Memorando nº: 22/PI Caarapó/86, do Chefe do PI Caarapó ao Administrador Regional da FUNAI em Campo Grande/MS encaminhando cópia da intimação nº: 146/86 de Ação de Reintegração de Posse da Fazenda São Miguel Arcanjo, município de Caarapó/MS e informando que o julgamento será dia 28.08.86.

28.08.86 - Ofício nº: 167/ADR/CG/86 do Administrador Regional da FUNAI/MS ao titular do Cartório do 1º Ofício de Ponta Porã, solicitando o envio da Cadeia Dominial da área da Fazenda Cerrito, no município de Eldorado/MS, atualmente em domínio e posse de S Verdi - Propagação e Cultura.

28.08.86 - Ofício nº: 168/ADR/CG/86 do Administrador Regional da FUNAI/MS ao titular do Cartório do 1º Ofício de Porto Murtinho , solicitando o envio da Matrícula da área denominada "Reserva Indígena ' Kadiwéu" no município de Porto Murtinho.

28.08.86 - Ofício nº: 169/ADR/CG/86 do Administrador Regional da FUNAI/MS ao titular do Cartório do 1º Ofí

Acervo ISA

cio de Maracajú, solicitando o envio da Cadeia Dominial da área da Fazenda 7 Voltas, município de Maracajú, atualmente de propriedade de Sebastião Alves Marcondes.

081 - 2
74

28.08.86 - Ofício nº: 170/ADR/CG/86 do Administrador Regional da FUNAI/MS ao Titular do Cartório do 1º Ofício de Dourados, solicitando o envio da Cadeia Dominial da área denominada Fazenda São Miguel Arcanjo, município de Caarapó, atualmente de propriedade de Miguel Subtil de Oliveira.

29.08.86 - Com a transferência do Servidor José Resina Fernandes Jr., Coordenador do GT Kaiowá-Guarani, para a Superintendência Regional da Polícia Federal/MS, assumiu a Coordenação por força da Portaria Presidencial nº: 165/86 o Servidor José Augusto Mafra dos Santos.

09.09.86 - Memorando nº: 001/GTKG/86, do Coordenador do GT Kaiowá-Guarani ao Chefe da Divisão Fundiária da 2ª SUER-Cuiabá, solicitando autorização para viagem afim de realizar estudos sócio-antropológicos junto ao Museu Nacional, Museu do Índio e Representação do Projeto Kaiowá-Ñandeva, instalados no Estado do Rio de Janeiro.

10.09.86 - Comunicação de Serviço nº: 262/SUER, 2ª Região-Cuiabá ao Delegado Regional autorizando o deslocamento do Servidor José Augusto Mafra dos Santos, Coordenador do GT Kaiowá-Guarani até a cidade do Rio de Janeiro para os estudos necessários

Acervo ISA

à caracterização das áreas de pretensão daquelas comunidades.

081-87

Acervo ISA

08 76

CATALOGRAFIA DE LIVROS E TEXTOS (ESPECÍFICOS E SECUNDÁRIOS, REFERENTES À BACIA PLATINA E AOS GUARANI)

ABBEVILLE, Claude D'

1945. História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas. São Paulo.

ALMEIDA, R.T.

1984. Relatório sobre comunidade Pai/Kaiowá de YVYKUARUSU/TAKUARATY. FUNAI. Brasília.

AMBROSETTI, Luan

1894. Los índios Cainguá del Alto Paraná (Misiones).
Boletin del Instituto Geográfico Argentino. Volume XV.

ANCHIETA, José D'

1846. Informação dos casamentos dos índios no Brasil. Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume VIII, nº 2.

AZARA, Don Félix de

Acervo ISA

1904. Geografia Física Y Esférica de las Provín-
cias del Paraguay y Misiones Guaranies. Mu
seu Nacional de Montevideu.

1969. Viajes por la América Meridional (1781
1801). Colección Austral Madri.

BACH , Moritz

1843. Die Jesuiten und ihre Mission - Chiquitos'
in Siid-Amerika Leipzig

BALDUS , Herbert

1929. Ligeiras Notas sobre os índios Guaranys do
Littoral Paulista. Revista do Museu Pau -
lista, Volume XVI.

1936. Ligeiras notas sobre duas tribos tupis da
margem paraguaya do Alto Paraná. Revista
do Museu Paulista, Volume XX, São Paulo.

1937. Ensaios de Etnologia Brasileira. Série V,
Brasiliana, Volume CI, São Paulo. Compa -
nhia Editora Nacional.

—— e WILLEMS, Emílio

1939. Dicionário de Etnologia e Sociologia. São
Paulo. Companhia Editora Nacional.

BARROSO , Gustavo

1932. As colunas do templo. Rio de Janeiro

BERTONI , M. S.

1922. La Civilisación Guarani. Puerto-Bertoni.

Acervo ISA

021-37 78

BIRKET-SMITH , Kaj

1943. The Origin of Maize Cultivation. Copenhague

BLANCO , José Maria

1929. Historia documentada de la vida y gloriosa muerte de los padres Roque González de Santa Cruz, Alonso Rodrigues y Juan del Castilho, de la Compañia de Jesús, mártires de Caaró e y juhí. Buenos Aires.

BOURGADE LA DARDYE,

1889. Le Paraguay. Plon-Nourrit.

BOURGOING

1654. Les Missions de L'Amérique.

BRANDENBURGER, Clemente

1922. A Nova Gazeta da Terra do Brasil. São Paulo.

BRUNO , Cayetano

1966-67. História de la Iglesia em Argentina. Buenos Aires.

VON BUGGENHAGEN, Erich Arnold

1951. Worteigentümlichkeiten der brasilianischen Sprache. São Paulo.

CADOGAN , León

1946. Las tradiciones religiosas de los indi-

Acervo ISA

os Jeguaká Tenondé Porá-gué i del Guairá, comúnmente llamados Mbyá, Mbyá-Apyteré o Ka'ynguá.
in Revista de la Sociedad Cientifica del Paraguay. Tomo VII nº: 1, Assunção.

1952. El concepto Guarani de alma; su interpretación semántica. Folia Linguística Americana. Volume I, nº: 1, Buenos Aires.

1959. Ayvu Rapyta. Textos míticos de los Mbyá-Guarani del Guairá. São Paulo.

1962. Aporte a la Etnografia de los Guarani del Amambaí, Alto Ypané in Revista de Antropologia Volume X, nº: 43. São Paulo.

1971. Ywyra ne'ery. Fluye del árbol la palabra. Centro de Estudos Antropológicos. Assunção.

CARDIEL, Padre José

1900. Breve Relación de las Misiones del Paraguay. in Hernandez tomo II.

1900. Declaración de la Verdad... Misiones del Paraguay in Hernandez, Buenos Aires.

CARDIM, Fernão

1939. Tratados da terra e da gente do Brasil. São Paulo.

CARDOSO, Ramón

Acervo ISA

1938. , El Guaira, historia de la antígua província, 1554-1676. Buenos Aires.

081-87
60

CASTELNAU , Francis de

1851. Expédition daus les parties centrales de l'Amérique du Sud (1842-1847). Paris.

CHARLES , Pierre

1926. Les réductions du Paraguay Louvain.

CHARLEVOIX , Pierre François Xavier de

1747. Histoire du Paraguay. Paris.

CLASTER, Hélène

1978. Terra sem mal. O Projetismo Tupi-Guarani. Ed. Brasiliense, São Paulo.

COOK , O. F.

1949. Milpa Agriculture, A Primitive Tropical System in Annual Report of the Smithsonian Institution.

1930. The Debt of Agriculture to Tropical America. Pan American Union Bulletin, Volume LXIV.

CORREIA FILHO , V

1957. Ervais do Brasil e Ervateiros. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro.

COSTA , Angyone

1934. Introdução à Agricultura Brasileira, Et

Acervo ISA

081-37
81

nografia e História. Série V, Brasiliana, Volume XXXIV, Companhia Ed. Nacional, São Paulo.

CUNINGHAM, , Graham
1901. A Vanished Arcadia.

CUTLER , Hugh C.
1946. Races of Maize in South America in Botanical Museum Leaflets, Volume XII, nº:8.

DEMERSAY , Alfred
1860. Histoire physique, économique et politique du Paraguay et des Établissements des jésuites. Paris.

DOBLAS , Gonzaga de
1834-1837. Memoria sobre la provincia de Misiones de Indios Guaranis in Angelis, Pedro de - Colleción de Obras y Documentos.

DOBRIZHOFFER, Martín
1822. An Account of the Abipones, an equestrian people of Paraguay. Londres.

DODGE , Ernest G.
1948. Kredo do Sovagaj eskimoj in Heraldo de Esperanto. Ano 24 nº: 7.

DOMINGUEZ , Luis
1861. Historia Argentina Buenos Aires

Acervo ISA

081-87 84

DRUMMOND , Carlos

1944. Dos designativos de parentesco e partícula 'tyb' do Tupi-Guarani in Boletim XLXI da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

DU GRATY

1862. La République du Paraguay. Bruxelas.

EGGAN , Fred

1938. Antropology 210. University of Chicago.

EVANS-PRITCHARD, E. E.

1940. The Nuer. Oxford.

EVREUX , Ives d'

1920. Viagem ao Norte do Brasil. Rio de Janeiro.

FASS BINDER , Maria

1926. Der Jesuitenstaat in Paraguay. Halles

FERNANDES , Florestan

1963. Organização social dos Tupinambás. São Paulo.

1975. A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios. Petrópolis.

FERNANDEZ , Ivan

1726. Relación historial de las Misiones.

Acervo ISA

081-87

FERRIÈRE , Is.

1934. De l'Équateur aux Pampas. Neuchâtel.

FLORENTIN DE BOURGES, O.F.M.

1755. Voyage aux Indes Orientales par le Paraguay, le chili et le Perou. Cartas Edificantes, tomo IX.

FUNES , Don Gregório

1815-1817 Ensayo de la Historia Civil del Paraguay, Buenos-Ayres y Tucuman. Buenos Aires.

FURLONG , Guilhermo

1962. Misiones y sus pueblos de Guaranies - Buenos Aires.

1968. Alonzo Barsana, S. J. y su carta a Juan Sebastian (1594). Buenos Aires.

GADELHA , R. M. A. F.

1980. As Missões Jesuíticas do Itatim = Um Estudo das Estruturas Sócio-Econômicas Coloniais do Paraguay (Séc. XVI-XVIII). Paz e Terra, São Paulo.

GANDAVO , Pero Magalhães

1924. I - Tratado da Terra do Brasil. II - História da Província de Santa Cruz. Rio de Janeiro.

GARSCH , Bruno

Acervo ISA

1934. Dei Einjluss der Jesuiten Missionen auf den Wandel der Naturlandschaft zur Kulturlandschaft - Breslau.

081-87

GAY , Juan

1863. História da República Jesuítica do Paraguay. Rio de Janeiro.

GODOI , Manuel Pereira

1946. Los extingeridos Painguá de la cascada de Emas in Boletim nº: XIV. Instituto de Antropologia. Universidade Nacional de Córdoba.

GRAEBNER , Fritz

1924. Das Weltbild des primitiven Menschen. Munique.

GRAS , N. S. B.

1939. Encyclopaedia of Social Sciences. Volume II. Macmillan. Nova York.

GRUNBERG , G.

1973. Dos Modelos de Economia Rural en el Paraguay= Paĩ-Tavy terã y Koygua in Estudios Paraguayos. Volume III, nº: 1, Assunção.

HAUBERT , Maxime

1966. L'oueuvre missionaire des Jésuites au Paraguay (1585-1768). Genèss d'un paradis. Universidade de Paris.

Acervo ISA

081-87

HERNANDEZ , Pablo

1913. Organización Social de las Doctrinas Guaranies de la Companía de Jesús. Gustavo Gilli, Barcelona.

HERSKOVITS , M. J.

1938 Aculturación. J. J. Augustín, Nova York.

HOLANDA , Sérgio Buarque de

1949. Índios e Mamelucos na expansão paulista in Anais do Museu Paulista, Volume XIII, São Paulo.

HOMANS , George C.

1947. A conceptual Scheme for the Study of Social organization in American Sociological Revieus , Volume XII, nº: 1.

HUONDER , P.

1899. Deustche Jesuitenmissionen des 17 und 18 Jarhund. Freiburg.

IBAÑEZ

1770. Reyno Jesuítico del Paraguay.

IHERING , Hermann Von

1907. A Antropologia do Estado de São Paulo in Revista do Museu Paulista. Volume VII.

1911. Mapa in Revista do Museu Paulista. Volume VIII.

Acervo ISA

081-87
86

IZIKOWITZ , Karl Gustav

1935. Musical and Other Sound Instruments of the South American Indians. Gotenburg . Elanders Boktryckeri Aktiebolag.

JAMES , Preston

1942. Latin America. Odyssey Press, Nova York.

JENSEN , A. E.

1949. Das religiöse Weltbild einer jrühen Kultur. Stuttgart.

1949. Veber den sittlichen Gehalt du primiti - ven Religionen. Paideuma, Volume III , Bamberg.

1950. Gibt es Zauberhandlungen in Zeitschrift für Ethnologie, Volume LXXXV, Bruns wick.

KIRCHHOFF , Paul

1931. Mariage, Kinship, Family an clan among the Indian Tribes of Northern Non Andean South America. Volume LXIII, Department of Antropology. Universidade de Chicago.

KLIMEK , S. e MILKE, W.

1935. An analysis of the material culture of Tupi peoples in American Anthropolo - gist. Volume XXXVII, Nº: 1.

KNIVET , Anthony

1947. Vária fortuna e estranhos fados. São

Acervo ISA

081-87

Paulo.

KOBLER , A.

1876. Pater Baucke, ein Jesuit in Paraguay. Regensburg.

1876. Der christl. Kommunismus in dem Red. in Kath. Stud. nº: 11, Würzburg.

KOCH , Th

1903. Zur Ethnographie der Paraguay-Gebiete und Mato Grosso in Mitteilungen der Anthropologischen Gesellschat in Wien. Volume XXXIII. Viena.

KOENIGSWALD , Gustav Von

1908. Die Cayuás. Globus, Volume XCIII, Druck und Verlay von Friedrich Vieweg und Sohn.

KROEBER , A. L.

1935. History and Science in Anthropology in American Anthropologist. Volume XXXVII , nº: 4.

KRUSE , Albert

1951. Karusakaybe, der Vater der Mundurukú in Anthropos, Volume XLVI, Posieux.

LAFARGUE , Paul

1895. Die Niederlassunger der Jesuiten in Paraguay in Geschicte des Sozialismus in Einzel-Darstellungen, Stuttgart.

Acervo ISA

081-87

LINTON , Ralph

1945. The Science of Man in the World Crisis. Columbia University Press, Nova York.

1945. The cultural background of personality . Nova York - Londres.

LOTHROP , S. K.

1932. Indians of the Paraná Delta, Argentina . in Annals of the New York Academy of Sciences, Volume XXXIII.

LOUKOTKA , Cestmir

1929. Le Seta, un nouveau dialecte Tupi. in Journal de la Société des Americanistes ' de Paris, Volume XXI, Paris.

LOWIE , Robert H.

1930. Mariage. in Encyclopaedia of Social Sciences, Volume X, Macmillan, Nova York.

1946. An Introduction to Cultural Anthropology. Rinehart and Company, Nova York.

LOZANO , Pedro

1754. Historia de la Compañia de Jesús en la Provincia del Paraguay - Madrid.

1873-75 , Historia de la Conquista del Paraguay , Rio de la Plata Y Tucuman. Bueno Aires.

1905. , Historia de las revoluciones del Para - guay. Buenos Aires.

Acervo ISA

081-87
89

LUGONES , Leopoldo

1906. El Imperio Jesuítico. Buenos Aires.

MACHON, Dr.

1895. Les Cainguá, voyage du Dr. Machon à travers le Paraguay, mai, juin et juillet , 1891. in Bulletin de la Société Neuchâteloise de Géographie, Volume VIII.

MALINO WSKI , Bronis larv

1944. A Scientific Theory of culture and other essays. Chapel Hill; Nova York.

1945. The Dynamics of culture change. Yale University Press, New Haven.

1976. Argonautas do Pacifico Oriental. São Paulo

MEAD , Margaret

1937. Cooperation and Competition among Primitive People. Mc Gravs Hill, Nova York.

MELIÁ , Bartomeu

1969. La création d'un langage chrétien daus les Réductions des Guarani au Paraguay . Universidáde de Strasbourg.

1974. De la uligión Guarani a la religiosidad Paraguaya = una substitución. in Acción 24, Assunção.

1975. Roque Gonzáles eu la cultura indigena .

Acervo ISA

in Roque Gonzales de Santa Cruz = colonia y reducciones en el Paraguay de 1600, Assunção.

081-87
90

1978. , El Guarani y Su reducción literária. in Actes du XLII Congrés International des Americanistes, Volume IV, Paris.

1978. Las reducciones jesuiticas del Paraguay= un espacio para una utopia colonial. in Estudios Paraguayos, Volume VI, nº: I , Assunção.

1981. El "modo de ser" Guarani en la primera documentación jesuítica (1594-1639). in Revista de Antropologia, Volume XXIV.

—— e GRUNBERG, G e GRUNBERG, F.

1976. Los Paĩ-Tavy terã: etnografia Guarani del Paraguay contemporáneo. in Suplemento Antropológico, Volume XI, Assunção.

—— e MIRAGLIA, L, MUNZEL, M e MUNZEL, Ch.

1973. La agonia de los Aché-Guayaki= historia y cantos. Assunção.

MELO E SILVA ,José de

1939. Fronteiras guaranis. Imprensa Metodista. São Paulo.

MÉTRAUX , Alfred

1927. Le batôn de rythme. in Journal de la Société des Americanistes, Volume XIX, Pa

Acervo ISA

081-87 91

ris.

1927. Migrations Historiques des Tupi-Guarani . in Journal de la Société des Americanis - tes, Volume XIX, Paris.

1928. La Civilization Matérielle des Tribus Tupi-Guarani. Libraire Paul Geuthner, Paris.

1928. La Religion des Tupinambá et ses rapports avec celle des outres tribus tupi-guarani. Paris.

1946. Ethnography of the Chaco. in thandbook ' of South American Indians, Volume I, Washington.

1967. Religions et magies indiennes d'Amérique' du Sud. Paris.

MIGRAZ , Jozsef

s/d Jezsuitak Kartztasasaga. Paraguay ban 1609-1768.

MONTAGU , Ashley

1952. "Die natürliche Ueberlegenheit der Frau. Erziehung, Viena.

MONTOYA , Antonio Ruiz de

1639. Conquista Espiritual del Paraguay. Madri.

1643. Memorial. Madri.

1876. Vocabulario y tesoro de la lengua guarani,

Acervo ISA

081-87
92

o más bien tupi. Viena/Paris.

1879. , Manuscrito Guarani da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro sobre a primitiva' catequese dos indios das Missões in Anais da Biblioteca Nacional, Volume VI , Rio de Janeiro.

MOUSSY , Martin de

1860-1864. Description géographique et statistique de la Confederation Argentine. Paris.

MÖRNER , Magnus

1953. The Political and Economic Activities of the Jesuits in the La Plata Region. The Hapsburg Era , Estocolmo.

MÜLLER , Franz

1919. Ein Rückblick auy den Werdegang unserer Mission in Paraguay in Argentinischer ' Volksfreund. Buenos Aires.

1934. Beiträge Zur Ethnographie de Guarani-Indianer in ósltichen Waldgebiet von Paraguay. in Anthropos, Volume XXIX e Volume XXX, Mödling.

MURATORI

1826. Relation des Missions du Paraguay. Paris.

MURIEL, , P.

1779. Historia Paraguaya. Veneza.

Acervo ISA

081-8
93

NIMUENDAJU (UNKEL), CURT

1944. Leyenda de la Creación y Juicio Final del Mundo como Fundamento de la Religión de los Apapokuva-Guarani. São Paulo.

1954. Apontamentos sobre os Guarani. in Revista do Museu Paulista, Volume VIII, São Paulo.

NORDENSKOLD, Erland

1912. La vie des indiens dans le Chaco. in Revue de géographie, Tomo VI, Fase III, Paris.

1919. Au ethno-geographical analysis of the material culture of tur indian tribes in the Gran Chaco. in Comparative Ethnographical Studies, Gotemburgo.

O' NEILL

s/d. Golden Years án the Paraguay.

ORBIGNY, Alcine d'

1839-1844. Voyage daus l' Amérique Méridionale. Paris.

1836. Voyage Pittoresque daus les Deux Amérique. Paris.

PARISH, Woodbine

s/d. Buenos Ayres et les provinces de la Plata. Buenos Aires.

Acervo ISA

081-87 94

PASTELLS , Pablo

1912. Historia de la Compañia de Jesú eu la Provincia del Paraguay. Madrid.

PERAMAS

1793. De vita et mohibus tredecim virorum paraguaycorum. Faenza.

PEREIRA , Nunes

1945. Bahira e suas experiências. Manaus.

PICCAROLO , A.

1939. Pastor "Angelicus". . in O Estado de São-Paulo, Ano I, nº: 8, Seleta, São Paulo.

QUEIREL , Juan

1897. Misiones. Buenos Aires.

1901. Las ruinas de Misiones. Buenos Aires.

RADCLIFFE-BROWN, A. R.

1943. Religion and Society. in The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland. Volume LXXV, Londres.

s/d. The Nature of a Theoretical Natural Science of Society. Department of Anthropology, Universidade de Chicago.

RADIN , Paul

1942. Indians of South America. Doubleday, Doran and Company, Nova York.

Acervo ISA

081-87
95

RASTOUL , Armand

1909. Une organisation Socialiste Chrétienne . Les Jésuites au Paraguay. Paris.

RENGGER , J. B.

1835. Reise nach Paraguay in den Jahren 1818 bis 1826 (aus des Verfassers handschriftlichen Nachlasse herausgegeben von A. Regger). Aarau.

—— e LONGCHAMP

1827. Essai historique sur la révolution du Paraguay et le gouvernement dictatorial du Dr. Francia. Paris.

SAMPAIO , Teodoro

1800. Considerações geográphica e económicas sobre o valle do Rio Paranapanema. in Boletim da Comissão Geográphica e Geológica do Estado de São Paulo, nº: 4.

SAINT-HILAIRE ,Auguste de

1823. Apercu d'un voyage daus l'interieur du Brésil.

SCHADEN , Egon

1946. Ensaio etno-sociológico sobre a mitologia heróica de algumas tribos indígenas do Brasil. São Paulo.

1947. Fragmentos da Mitologia Kaywá. in Revista

Acervo ISA

do Museu Paulista, Volume I, São Paulo .

1948. Entre os índios do litoral paulista. in Paulistania, nº: 23, São Paulo.

081-87
96

1948. A posse do jogo na Mitologia Kayuá. in Atualidades, ano III, nº:7, Florianópolis.

1948. Las funciones Sociales de la iniciación tribal. in Revista Mexicana de Sociologia, Volume X, México.

1955. Veberlieferung und Wandel in der Religion der Guarani. in Actes du IV e Congrés International des Sciences Anthropologiques et Ethnologiques, Volume II, Viena.

SCHIRMBECK , Adams

1649. Messis Paraguariensis. Munique.

SCHMID , Franz

1913. Der Christlich-Soziale Staat der Jesuiten in Paraguay. Gladbach.

SCHMID , Karl

1951. Eisgipfel unter Tropensonne. Alfeld.

SCHMIDT , Max

1905. Indianerstudien in Zentralbrasilien. Berlin.

SCHUSTER , Adolf

1929. Paraguay. Stuttgart.

Acervo ISA

081-87 97

SEPP , Anton

1697. Reisebeschreibung und Kurzer Bericht der denkwurdigsten Sachen. Nuremberg.

1710. Fortsetzung der Beschreibung. Nuremberg.

SODRÉ , Nelson Werneck

1941. Oeste, Ensaio sobre a grande propriedade pastoril. Coleção Documentos Brasileiros, nº: 31, Rio de Janeiro.

STADEN , Hans

1943. Duas viagens ao Brasil. São Paulo.

von DEN STEINEN , Karl

1940. Entre os aborígenes do Brasil Central . São Paulo.

STRELNIKOV , I. S.

1928. Les Kaa-iwua du Paraguay. in Atti del XXII Congresso Internazionale Degli Americanisti, Volume II.

SUSNICK , B.

1978. Los aborigenes del Paraguay, Etnologia I del Chaco Boreal Y sy Periferia (Siglos XVI y XVII. Tomo I, Assunção.

1979-1980. Los Aborigenes del Paraguay, Etnohistória de los Guaranies. Tomo II, Assunção.

TAUNAY , Visconde de

1931. Entre os Nossos Índios. Companhia Melho

Acervo ISA

ramentos, São Paulo.

081-87
98

TAUNAY , Alfonso d'Es cragnolle

1924. Historia Geral das Bandeiras Paulistas . Tipografia Ideal, São Paulo.

TECHO , Nicola del

1701. The history of the Provinces of Paraguay, Tucuman, Rio de la Plata, Paraná, Guaíra and Urvaica. And Something of the King dom of Chili. in South America, A colle ction of Voyages and Travels, Awnsham and John Churchill, Londres.

VOGT , P. Fr.

1903. Estudios Históricos = La Civilización de los Guaranies en los Siglos XVII y XVIII. Buenos Aires.

1919. Die Guarani - Tupi Volker. Buenos Aires.

WAGLEY , Charles e GALVÃO, Eduardo

1946. O parentesco Tupi-Guarani. in Boletim do Museu Nacional, Nova Série nº:6 - Antropologia, Rio de Janeiro.

WATSON , James B.

1945. Historic influences and change in the Economy of a Southern Mato Grosso Tribe . in Acta Americana, Volume III.

1952. Cayuá culture change = a Study in accul-

Acervo ISA

081-37

turation and methodology. in American Anthropologist, Volume LIV, nº: 2:

s/d. The Cayuá = a contemporany Guarani Tribe.

WATSON, Virginia D.

1944. Notas sobre o sistema de parentesco dos Índios Cayuá. in Sociologia, Volume VI, nº: 4. São Paulo.

1945. Au example of rural Brazilian acculturation. in Acta Americana, Volume III, nº: 3.

XARQUE, Francisco

s/d. Insignes Misioneros de la Companïa de Jesus eu la Provincia de Paraguay.

1662. Vida Prodigiosa del Venerable Padre Antonio Ruiz de Montoya. Saragoça.

Acervo ISA

081-87
100

1080

407
DAF

Ministério
o Interior

FUNAI

754
DJD

COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 082/2ªSUER/DFU/86

De SUPERINTENDENTE / 2ª SUER	Para SUPERINTENDENTE DE ASS.FUNDIÁRIOS

COM A PRESENTE, ESTAMOS ENCAMINHANDO A V.Sª, O RELATÓRIO DO SOCIÓLOGO JOSE AUGUSTO MAFRA DOS SANTOS, REFERENTE À PORTARIA P Nº 165/86.

DEVO ESCLARECER, QUE ESTAMOS AGUARDANDO A TABELA DE VALORES INCRA/ TERRASUL, PARA OS CÁLCULOS DAS BENFEITORIAS DOS NÃO ÍNDIOS.

À DIC
solicitando
apreciar
Em 16.12.86

ATENCIOSAMENTE,
CANTIDIO GUERREIRO GUIMARÃES
SUPERINTENDENTE/2ª SUER

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ENTRADA: 16.12.86
HORA:
Helmari
RUBRICA
SUAF

Data	Assinatura
CUIABÁ, 03.12.86	

Walter Ferreira Mendes
Superintendente Substituto
Superintendência de Assuntos
Fundiários - SUAF/FUNAI

Acervo ISA

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

081-87
101
103

Ref: C.I. nº 082/2ª SUER/DFU/86
Ass: encaminha relatório antropológico das áreas indígenas Cerrito, Jarara (Vila Juty) e Maracaju (Estado do Mato Grosso do Sul)

Ao Senhor Chefe da DDF,

Solicitando, caso possível, providenciar os mapas e memorial descritivo das áreas indígenas em referência, encaminhando nos posteriormente.

BSB, 23/12/86

Sônia de Almeida Demarquet
Chefe - Divisão de Identificação e Delimitação/SUAF/FUNAI

Sra. Chefe da DID,

Conforme solicitação estamos encaminhando cópias dos mapas A.I. CERRITO e JARARA.

Outrossim, informamos que os respectivos memoriais deverão ser elaborados pela téc. em Agrimensura, responsável pela identificação dos limites.

BSB, 08/01/87

p/ Reinaldo Morinda
Chefe da Divisão de Demarcação e Fiscalização - DDF/SUAF/FUNAI

MOD. 132

Acervo ISA

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

-FUNAI-

081-87
102
Rub.

Processo Funai nº 081/87 de 12.01.87. Para Suaf.

Ao Senhor antropólogo Mariz,

para análise e parecer acerca da A.I. Maracaju.

BSB, 19/01/87

Sônia de Almeida Demarquet
Chefe - Divisão de Identificação e Delimitação/SUAF/FUNAI

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
ENTRADA: 12.01.87
HORA:
RUBRICA
SUAF

MOD. 131

Acervo ISA

FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

PROC.: 081-87
FLS. : 103
RUBRICA:
105

INFO Nº 008/DID/SUAF/87
REF PROC FUNAI/BSB/081/87

Sra. Chefe da DID

Em seu relatório, o Sociólogo José Augusto Mafra dos Santos parte de uma apreciação geral da odisséia vivida pelo povo Guarani em seu território nativo, para oferecer propostas de identificação de Reservas Indígenas nas áreas Jarará, Cerrito e Maracaju, com destaque para esta última.

Como sabemos e temos externado seguidamente em diversos expedientes, o Mato Grosso do Sul é um estado que tem como peculiaridade, em especial na região sul, um grande, embora ainda não determinado número de famílias indígenas que vive disperso por várias áreas, trabalhando em fazendas particulares, na qualidade de mão de obra barata, e sem uma terra definida para si. Vemos assim que, antes de mais nada, tratamos de um problema social delicado, de dezenas de pessoas que, antes donas de um território tão imensamente vasto quanto imemorial, precisem hoje, irônica e tragicamente, tentar encontrar" provas " de seu habitat para almejar o direito a alguma nesga de terra para sobreviverem.

Em seu circunstanciado relatório " Os Guarani do Trópico de Capricórnio ", o Sociólogo Mafra dos Santos, ao se referir ao grupo Kayowá de Maracaju a partir da pág. 54 do citado trabalho, ao contrário do que obtém em favor da áreas Cerrito e Jarará, não consegue reunir argumentos suficientes para legitimar o reconhecimento daquela área de Maracaju como território indígena. Como pode ser constatado no texto da pág.59 do relatório, seu elaborador, após consultar todas as fontes pessoais conhecidas e referenciadas, chega à conclusão que não obteve as provas indispensáveis hoje exigidas, em função do contexto atual, à caracterização da área como território indígena Entretanto, observa-se logo em seguida a justa preocupação do

SEP Quadra 702 Sul
Edifício Lex, 3º andar
CEP 70.330 Brasília D.F.

Acervo ISA

autor em,apesar dos fatores em contrário, apresentar proposta de Reserva segundo duas opções, com o objetivo de que se faça um mínimo de justiça a este grupo Kayowá. Para tanto, considera-se :

1- o caráter de territorialidade que, nos termos da ocupação imemorial indígena Guarani Kayowá, lhe dá o pleno direito a um espaço de terra naquela região do Mato Grosso do Sul,onde sempre viveram;

2- a situação dramática de uma comunidade definida que, com direito e necessidade de uma terra, e tendo costumes particulares, acabe ficando sem alternativas, pois as demais Reservas Indígenas Kayowá são pequenas, estão demográficamente saturadas e podem representar ambiente estranho e hostil para determinadas famílias, muitas vêzes separadas por questões de afinidades, aspectos estes que têm que ser considerados, pois são de âmbito cultural importante;

Desse modo, uma vez que, se por um lado, não foram encontradas as condições de defender uma área para aquele grupo indígena como território natural, dentro dos argumentos formais hoje exigidos e, por outro lado, indiscutível se torna que os índios tenham uma terra para habitar, dentro de um território que já foi inteiramente seu, propõe-se :

1- que a FUNAI adquira uma área para aquelas famílias indígenas;

2- que esta área preencha as expectativas do grupo em termos de uma subsistência digna, integral, respeitando seus padrões culturais;

3- que a localização desta área, em função do requisito básico acima, se enquadre dentro das opções selecionadas pelos indígenas;

4- que as providências sejam agilizadas para ser a terra imediatamente assegurada;

Acervo ISA

FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

PROC.: 081-87
FLS. : 105
RUBRICA: -3-

5- que, para tanto, haja a escolha definitiva da área, em função da proposta mais viável, para subsequente apreciação pelo GT do Decreto nº 88.118 e posterior homologação.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 1987

Alicia Cotta Oliveira
Antropólogo/FUNAI

ACM/acm

SEP Quadra 702 Sul
Edifício Lex. 3º andar
CEP 70.330 Brasília D.F.

Acervo ISA

FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

081-87
106

PARECER Nº 003/DID/SUAF/87

Ref.: Processo FUNAI/BSB/Nº 008/DFU/4a. SUER/87
Ass.: Identificação e levantamento fundiário A.I. Maracaju

Senhor Superintendente,

Lido o presente processo, chamo a atenção de V.Sa para a Informação nº 008/DID/SUAF/87, do Sr. antropólogo Mariz.

Na verdade, a situação fundiária da Área Indígena Maracaju é problemática, urgindo soluções positivas por parte da FUNAI. Os Kaiowá têm direito a uma porção de terras onde possam viver e tirar sua subsistência.

Assim, a DID a endossa a Informação de Mariz, bem como a proposta de aquisição pela FUNAI de área capaz de abrigar e sustentar condignamente os Kaiowá de Maracaju.

Como sugestão, a Presidência da FUNAI poderia manter contato formal com o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, expondo a situação vivida por aqueles indígenas e buscando definir-lhes um espaço. talvez uma desapropriação para fim social. Não se pode esquecer que os Kaiowá são habitantes tradicionais daquelas terras sul-matogrossenses, conforme nos demonstra a História.

Brasília., 17 de fevereiro de 1987.

Sônia de Almeida Demarquet
Chefe - Divisão de Identificação e Delimitação/SUAF/FUNAI

SAD/smm.

SEP Quadra 702 Sul
Edifício Lex, 3º andar
CEP 70.330 Brasília D.F.

Acervo ISA

289 DJD

263 GT

081/87
107
Rubrica:
109

FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

ENCAMINHAMENTO Nº 021 /DIF/87

Int.: EMBRAPA

Ass.: Incidência na Área Indígena MARACAJU

À DID/COORD.AT.GT DEC.88.118/83,

Solicitamos anexar ao Processo FUNAI/BSB/0081/87, a matrícula nº 2882, da Comarca de Maracaju/MS, referente a uma área de 200 ha, incidente na Área Indígena Maracaju, cujos estudos de identificação acham-se no processo acima mencionado.

Trata-se de uma propriedade da EMBRAPA, Órgão ligado ao Ministério da Agricultura, o qual poderá facilitar a tramitação do processo de definição da Área Indígena do Grupo Kayowa.

Brasília, 24 de abril de 1987

[illegible] Marcin
Chefe DIF/SUAF/FUNAI

De acordo
Ao Senhor Coord. Atv. GT 88118/83,
para a providência apontada acima
BSB, 29/04/87
Sônia Demarquet

Sônia de Almeida Demarquet
Chefe - Divisão de Identificação e Delimitação/SUAF/FUNAI

Arilton,
Para anexar.
Em 29.4.86
J. Ortiga

DIF/JJM/sloh.009

Heráclito Cunha Ortiga

SEP Quadra 702 Sul
Edifício Lex, 3º andar
CEP 70.330 Brasília D.F.

Coord.
At. v.d. G.T. 88118 -

Acervo ISA

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE MARACAJU - MATO GROSSO DO SUL

LIVRO N. 2 - REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 2.882 | FOLHA 01

Data: 30/julho/1.981.
Imóvel: Parte da Fazenda Sete Voltas, no lugar denominado POSTO AGROPECUÁRIO DE MARACAJU, neste Município e Comarca, entre o rio Cachoeira e a rodovia Maracaju-Caiuás, constituido de um terreno com a área de 200 (duzentos) hectares ou 2.000.000 (Dois milhões) de metros quadrados e as benfeitorias nele existentes, dentro dos limites seguintes, após medida e demarcada: "A partir da margem direita do rio Cachoeira, junto à ponte da referida rodovia, por este rio acima até a barra do córrego Taperinha, e por este acima até a sua cabeceira, dali por uma linha quebrada, compostas de quatro retas, em diferentes rumos, até a referida rodovia, e por esta até o ponto inicial no rio Cachoeira, de acordo com a planta.

Proprietário: GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO.

Reg. Aquisitivo: (Reservado pelo Estado de Mato Grosso pelo decreto-lei nº 865, de 16 de junho de 1.947, - de uma parte da Fazenda Sete Voltas).

R-1-2.882 - (Prot. 9.329) - 30/julho/1.981.
DOAÇÃO - O imóvel desta matrícula foi doado pelo proprietário-retro mencionado ao MINISTÉRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, por - Escritura Pública de Doação de um lote de terras lavrada às fls. 86 vsº a 87 vsº, do Livro nº 160, em data de 04/03/1.948, do Segundo Tabelião da Comarca da Capital do Estado de Mato - Grosso, Luis Philippe Pereira Leite. Emol.-NIHIL.x-x-x-x-xDou/fé. OFICIAL-

---

R-2-2.882 - (Prot. 9.329) - 30/julho/1.981.
INCORPORAÇÃO- O imóvel desta matrícula foi incorporado ao patrimonio da EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - ---- EMBRAPA, empresa pública, com sede em Brasilia, Distrito Federal, no Edifício Super Center Venâncio 2.000, CGC/MF. ------nº 00.348.003/0001-10, para fins de integralização de seu capital social, nos termos do Decreto Federal nº 83.259, de 08/03/79 - (Publicado no D.O.U. de 09/03/79 e retificado no D.O.U. de 26/03/79, em seu artigo primeiro (1º) e nos termos do artigo 3º,/ da Lei nº 5.851, de 07/12/1.972, pelo valor de Cr$643.000,00 (- seiscentos e quarenta e três mil cruzeiros) os 200 ha. e - Cr$185.800,00 (cento e oitenta e cinco mil e oitocentos cruzeiros) as benfeitorias nele existentes, perfazendo um total de Cr$ 828.800,00 (oitocentos e vinte e oito mil e oitocentos cruzeiros), conforme avaliação feita pela CIAB- Comissão de Inventário e Avaliação de Bens. Emol. NIHIL. Dou fé. OFICIAL-

Ord. 478/158

A.I. Maracaju

Acervo ISA

111

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel da matrícula Nº 2839 e tem valor de certidão.

Maracaju, 16 / 09 / 86.

[illegible]

Registro de Imóveis

Carlos Eduardo de Azevedo

[illegible]

[illegible]

Acervo ISA

Proc. 081/87
Fls. 109
Rubrica:

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

- F U N A I -

A DIF
Solicitando recomendação correspondência ao Presidente da EMBRAPA, consultando da possibilidade da cessão da Faz. Sete Voltas para fixação em caráter definitivo dos KAOWA.
Sembra de esse processo existente encontrando essa Fazenda os KAIOWA e Fazendeiro de MARACAJU, pelo que sugiro pesquisar o assunto. Receio que essa fazenda tenha sido transferida de domicílio.
Em 14-05-87

Walter Ferreira Mendes
Superintendente Substituto
Superintendência de Assuntos
Fundiários - SUAF/FUNAI

Ao Dr. Pio Nogueira Lima, solicitando atender o despacho supra, conforme endereço na escritura de registro.
Em, 15-05-1987

Francisco Martins Batista
Ch. SRF-DIF/SUAF
Ch. Subst/DIF.

Senhor Superintendente/SUAF,
A consideração de V.Sa. conforme minuta de CC/PRES/ anexa.
Em, 11-06-87

Ch. Subst-DIF

MOD. 131

Acervo ISA

113

Ao Setor de Documentação/SUAF,

Solicitando a anexação de documentos ao Processo F/B/051/87, que se referem à questão das terras Guarani de Maracaju, caso este Setor julgue tal documentação necessária e útil para melhor compreensão dos fatos relatados.

Após, retorne-se a essa Assessoria.

Brasília, 07/10/87

Tomás Almarquit
Assessora/SUAF

11 Só de Novembro ... Presidente da Funai

Nós-Liderança A indígena de Maracaju MS: que foi expulsado no dia 17 de Julho mais nós queremos voltar e Nós vamos voltar na Aldeia de Cucuri em Maracaju MS:

Nós queremos que o Sr: Presidente da Funai da Segurança (para) ele tomar também Providência para voltar na Nossa área indígena de Cucuri Maracaju Nós fomos expulsado pelo fazendeiro em Cucuri Maracaju MS: foram 110 viatura e 80 (Pessoa) foram expulsados Nós da Aldeia Cucuri em Maracaju MS: Nós fomos erguido na Ponta das Armas mais com todas isso Nós vamos voltar na Aldeia de Cucuri Maracaju MS:

Nós temos direito de voltar na Aldeia Cucuri Maracaju MS:

Porque aquela área é nossa por isso que nós temos direito de voltar na Aldeia de Cucuri Maracaju MS: Em 1920 já era Aldeia: Aldeia era chamado Cucuri e o Maracaju era chamado Tapy Cora

Então nós liderança pedimos para dar uma segurança ao Sr: Presidente da Funai mais com todo isso Nós pedimos ao Sr: para entrar na Aldeia de Cucuri Maracaju MS: Quem apoio os fazendeiro é o prefeito de Maracaju e os carros que levaram Nós na Aldeia de Paranaíba é o carro do prefeito de Maracaju MS: Os caqueiros de mato grosso do Sul estão apoiando Eu para procurar o meu direito para voltar na Aldeia Cucuri Maracaju MS: mais desta vez Eu vou procurar o meu direito para voltar na Aldeia de Cucuri Maracaju MS: Nós liderança todos Nós Nascemos e criemos na Aldeia Cucuri Maracaju mato grosso do Sul: os Nossos vovô vovô e bisavô morreu todos na Aldeia Cucuri Maracaju MS.

Superintendência p/Assuntos Fundiários - Documentação
Proc. 081/87
Fls. 110

CT S/N

DR. RONALDO

Acervo ISA

28/ de / novembro / de / 1986.

as policia militar foi tirou os indios com a brutalidades de lá de nossa Aldeia Yarará foi 600 homens entrou nas arias entre os PM. i a policia militar e as policia civil. as crianças se asustaram todos as crianças chorando medo das Autoridades os indios saiu na marra ainda saiu nas chuva. impulsou todos po indios as policia militar deu dois 2 tiros asustou todos as crianças entre mulheres primeiro os fazendeiro tirou nos e despoi a segunda vezes ja foi na marra. queimarão todos as casa dos indios os grupo funai ja feiz levantamento nas aldeia Yarará nos perdemos que a se tudos ficou la as galinhas e tambem ficou as planta arroz feijão abobrs. melancia milho plantados foi 9 comburão foi 7 caminhão pro traze os indios. e foi também 3 onibus foi de cidade. os Autoridades foi queimado 40 casa dos indios em Aldeia Yarará tem 16 familia. que sentiu mais das plantas que nos deixou na Aldeia Yarará. municipio de Vila Jutiy Coarapó.

Egidio Fernando

Ronald Rodrigues

Superintendência p/Assuntos Fundiários
Proc. 081/87
Fls. 111
Documentação

Acervo ISA

24 de / novembros / de / 1986.

as comunidades indios estão querendo volta
pro nosso Aldeia de novo na aldeia Tarará de
Vila Jutiy municipio de Carapó os adivogado
da funai não deu providencia dos indios por isso
os Juiz de Carapó Juiz Estadual deus providencia
da funai porque a adivogado da funai já sabe
bém essi choque que ia acontece e não deu providencia
essi documento que vi po senhor presidente
po senhor resolve em qualquer manera comeque
vi ficar essa poblemas da terra po indios
sai de novo uma coiza dessa nos não vimos
fazer sai esparramado de novo pela fazenda
os capitão disse que não vi fazer mesmo
porque as comunidades indios não aseita
sai esparramado de novo nos não vimos
fazer as coiza dessa nos não vimos fazer
nens feito nens uns porque os indios
preciza de asistencia pra funai da
providencia os indios estão reclamando
de tua Aldeia parece que os fazendeiro da funai
os capitão Egidio Fernandes não vi deixa
mesmo o seu povo esparramado

Acervo ISA

FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

Superintendência p/Assuntos Fundiários - Documentação
Proc. 081/87
Fls. 112

117

INFORMAÇÃO Nº 132/PRJ/87

Ref.: Carta da Liderança Indígena Guarani de Maracaju.

Sr. Procurador-Geral,

Trata-se de uma carta da liderança indígena Guarani de Maracaju-MS, dirigida ao Sr. Presidente da FUNAI, através da qual os silvícolas comunicam que foram expulsos de suas terras por um fazendeiro (nome ilegível), que, para tanto, teria se valido de 40 viaturas na remoção de cerca de 80 pessoas.

Requererem providências no sentido de que lhes seja assegurado o retorno à área indígena. Reclamam a adoção de medidas que resguardem a tranquilidade e a segurança da comunidade indígena.

Em síntese, os índios afirmam que são originários da área de onde foram expulsos, e, que, em hipótese alguma, renunciarão ao direito que lhes é assegurado pela lei, mesmo que tenham que expor suas próprias vidas.

Sr. Procurador, desconhecemos a situação das terras reclamadas pelos índios Guarani de Maracaju, não sabendo, seguer, da existência de processo administrativo com vista à regularização fundiária da aludida àrea. Também desconhecemos a existência de ação judicial que tenha por objeto a área em questão.

SEP Quadra 702 Sul
Edifício Lex, 3º andar
CEP 70.330 Brasília D.F.

Acervo ISA

FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

Superintendência p/ Assuntos Fundiários - Documentação
Proc. 081/87
Pls. 113

118

Assim, para que nos pronunciemos com maior conhecimento de causa, sugerimos o encaminhamento desta à SUAF, para que informe da existência de processo administrativo visando a demarcação da área, e quais as medidas que já foram adotadas nesse sentido.

Após, que se remeta a informação à Administração Regional de Amambai, para que aquela unidade esclareça se existe alguma ação judicial envolvendo a área reclamada pela comunidade indígena.

É a informação.

Brasília-DF, 1º de outubro de 1987

Gerardo Wilames Fonseca e Silva
Assessor - Proc. Jurídica/FUNAI

De acordo.

1) À SUAF;

2) Em seguida, à ADR - Amambai, p/ informar, inclusive quanto à justiça comum.

7.10.87

Ronaldo Montenegro
P. Geral/FUNAI

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
ENTRADA: 5/10/87
HORA:
RUBRICA
SUAF

PRJ/GEFS/rs

SEP Quadra 702 Sul
Edifício Lex, 3º andar
CEP 70.330 Brasília D.F.

Acervo ISA

FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

Proc. n.º 081/87
Fls. 114
Rubrica Ilsura
119

ENCAMINHAMENTO Nº 0162 /87 - SUAF

Ref.: P/F/B/081/87

Senhor Superintendente/SUAF

Encaminho a V.Sa. o Processo FUNAI/BSB/081/87, relativo à identificação e delimitação da Área Indígena Maracaju,MS.

Tal área nasceu a partir de estudos de campo conforme determinações contidas na PP nº 165/86, de 24/07/86, encontrando-se encravada dentro dos limites do território tradicional Guarani.

A delimitação da A.I. Maracaju não se concretizou, no entanto, havendo apenas sugestões quanto à forma de se resolver a questão fundiária envolvendo os Kayowá e a sociedade regional (fls.55).

Diante do exposto, sugiro que o processo supra-citado seja remetido ao Senhor Assessor Gerardo Wilames F. e Silva, na douta PRJ, para conhecimento e análise da questão, para depois ser enviado à ADR-Amambai, conforme o que se solicita à fls. 113.

Brasília, 15 de outubro de 1987.

Sônia de Almeida Demarquet
Assessora III/SUAF/FUNAI

Encaminhe-se a PJ at. Dr Gerardo.
Em 20.10.87
Walter Ferreira Mendes
Superintendente Substituto
SUAF/SAD/S Superintendência de Assuntos Fundiários - SUAF/FUNAI

PRJ/FUNAI
Procedência SUAF
Recebido em 21/10/87
Rubrica

SEP Quadra 702 Sul
Edifício Lex, 3º andar
CEP 70.330 Brasília D.F.

Acervo ISA

FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

Proc. n.º 081/87
Fls. 115
Rubrica Elsura
120

INFORMAÇÃO Nº 009/PRJ/88

Ref.: Proc.081/87 Ass.Reivindicação da liderança indígena Guarani de Maracaju/MS.

Sr. Procurador-Geral,

Reporto-me à Informação nº 132/PRJ/87,de 01.10.87, (fls.112), para tecer considerações acerca da reivindicação da comunidade indígena Guarani de Maracaju-MS, que, segundo consta, foi expulsa de suas terras, a despeito da proteção possessária que lhe é assegurada constitucionalmente.

De acordo com a Assessora Sônia de Almeida Demarquet,da SUAF, a delimitação da área indígena Maracaju ainda não se concretizou, havendo, de concreto, apenas sugestões quanto à forma de se resolver a questão fundiária envolvendo os Kayowá e a sociedade regional (fls.55).

Por seu lado, o servidor José Augusto Mafra dos Santos, da 2ª SUER, em relatório sobre o título "Os Guarani do Trópico de Capricórnio, Identificação de áreas indígenas: Cerrito, Vila Juty e Maracajú", faz os seguintes comentários sobre a área em questão:

> "Sobre a área pretendida pelos Kaiowá de Maracajú releva se a impossibilidade de se conhecer o exato lugar da ocupação original desta comunidade, não podendo assim, estabelecer-se o domínio completo anterior ao título de posse da mesma. Não havendo dúvidas quanto ao domínio pátrio, este que potencializa o primeiro, já que demonstrado' ficou, foram os Guarani os habitantes primos e íntimos ' da região esquerda da Serra de Maracajú.

SEP Quadra 702 Sul
Edifício Lex, 3º andar
CEP 70.330 Brasília D.F.

Acervo ISA

Tendo em vista, de um lado, a imemorialidade desses Kaiowá na região de Maracajú e, de outro, a inexistência do domínio em área exata não definida por ocupação original; tendo em vista a pendência judicial que paira sobre a área de ocupação presumível, cogitada pelos indígenas e em conformidade com o art.26 capítulo 3 título 3 do Estatuto do Índio - "A União poderá estabelecer, em qualquer parte do território nacional, áreas destinadas à posse e ocupação pelos índios, onde possam viver e obter meios de subsistência, com direito ao usufruto e utilização das riquezas naturais dos bens nelas existentes, respeitadas as restrições legais", é mister se faz propor a compra de área, exequível do ponto de vista legal, social e econômico, segundo constou em reunião, como alternativa de área pretendida no consentimento dos próprios índios".

Sr. Procurador-Geral, o impasse surgido com relação aos direitos possessórios dos índios Guarani de Maracajú-MS, está a recomendar, por parte desta Fundação, a adoção das seguintes medidas administrativas:

a) indicação de um ou mais técnicos para, em conjunto ou separadamente, procederem a definição da área indígena, levando em conta aspectos da ocupação tradicional Guarani;

b) ouvir a comunidade indígena sobre sua pretensão territorial e trabalhar em cima desses dados, até se chegar a um consenso sobre o **habitat** imemorial indígena;

c) sem que se conheça, previamente, os limites da área indígena Maracajú, é impossível adotar qualquer medida judicial com vista à proteção das terras indígenas;

Acervo ISA

FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

081/87
117
Rubrica

d) só após a conclusão do trabalho sugerido nas alíneas' a e b, poderá esta Procuradoria se pronunciar sobre a regularização fundiária da área, e acerca da adoção de medidas judiciais, se for o caso.

e) finalmente, sugiro a devolução do presente processo a SUAF, para viabilizar a definição da área em apreço.

Brasília-DF, 18 de janeiro de 1988

Gerardo Wilames Fonseca e Silva
Assessor - Proc. Jurídica/FUNAI

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
ENTRADA: 18/01/88
HORA:
RUBRICA
SUAF

Ao Senhor Chefe da DID,
para análise da
Informação nº 009/PRJ/88,
onde se solicita identificação
dos limites da A.I. Maracaju,
e outras providências correlatas.
Brasília, 19/01/88

Sônia de Almeida Domarques
Assessora SUAF/FUNAI
Portaria RP. 3301/87

PRJ/GWFS/rs

SEP Quadra 702 Sul
Edifício Lex, 3º andar
CEP 70.330 Brasília D.F.

Acervo ISA

123

Ao Dr. Gerardo Wilames Fonseca e Silva.
Em 21.10.87.

[signature]

João [illegible] Chaves
Procurador Geral/Subst.º

Ao Sr. Procurador-Geral, com a Informação em anexo.

Bsb, 18.01.88

Gerardo Wilames Fonseca e Silva.